

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 RESUMO EXECUTIVO

3 O ESTADO DA AGRICULTURA E A VIDA RURAL NO BRASIL EM 2006

- 3.1 Fatores do entorno nacional
- 3.2 Mudanças na legislação e nas políticas para a agricultura e a vida rural
- 3.3 Reformas institucionais na agricultura e o meio rural
- 3.4 Comércio agroalimentar e desenvolvimento dos agronegócios
- 3.5 Sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos
- 3.6 Inovação, ciência e tecnologia agropecuária
- 3.7 Desenvolvimento rural sustentável

4 RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA NACIONAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL DURANTE 2006

- a. Contribuição do IICA ao reposicionamento da agricultura e a vida rural
- b. Promoção do Comércio e a competitividade dos agronegócios
- c. Fortalecimento dos sistemas de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos
- d. Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e o meio ambiente
- e. Fortalecimento das comunidades rurais usando o enfoque territorial
- f. A introdução da tecnologia e a inovação para a modernização da agricultura e a vida rural

5 RESULTADOS DA COOPERAÇÃO INTERAGENCIAL

- a. Cooperação com a FAO
- b. Cooperação com a OPAS
- c. Cooperação com o BID
- d. Cooperação com outras organizações regionais e internacionais

6 RESULTADOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA HORIZONTAL

7 NOVAS OPORTUNIDADES PARA A COOPERAÇÃO TÉCNICA

8 LISTA DE PUBLICAÇÕES

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado por resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana em outubro de 1942. De acordo com a convenção vigente, os objetivos do IICA são estimular, promover e apoiar os esforços dos 34 Estados-Membros, para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural.

O IICA trabalha com base em um conjunto muito claro de princípios e objetivos estratégicos. Possui um mandato definido pela Junta Interamericana de Agricultura (JIA), composta pelos Ministros da Agricultura dos Estados-Membros, e opera com base em um Plano de Médio Prazo (PMP), que reflete as tendências do setor agropecuário da América Latina e do Caribe e define as áreas programáticas para a sua cooperação técnica.

A Representação do IICA neste país conta 42 anos de trabalho, tempo em que vem acumulando e compartilhando conhecimentos e experiências em temas importantes para a agenda de desenvolvimento no hemisfério. Atua em áreas estratégicas, como comércio e desenvolvimento do agronegócio, inovação tecnológica, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, desenvolvimento rural sustentável e capacitação no meio rural.

Trata-se de uma atuação inclusiva. Os projetos de cooperação técnica do IICA/Brasil consolidam atividades de mais de 1.000 organizações dos três setores da sociedade. A relação se dá nos três níveis de governo da federação e objetiva, de maneira constante, a integração das comunidades participantes. É um trabalho abrangente, visto que alcança 90% dos estados brasileiros.

A Representação do IICA no Brasil tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual de suas principais realizações em 2006, ano em que obteve importantes conquistas, que ora compartilhamos com os leitores desta publicação.

O presente documento oferece uma perspectiva técnica das atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos de cooperação, realizados em cada uma das áreas estratégicas do IICA, de acordo com o Plano de Médio Prazo da instituição e a Agenda Nacional de Cooperação Técnica.

Os resultados apresentados neste relatório refletem as diretrizes e as prioridades estabelecidas na Declaração de Bávaro, firmadas pelos Ministros da Agricultura dos 34 países-membros do hemisfério, durante a Junta Interamericana de Agricultura.

2. RESUMO EXECUTIVO

2.1 RESULTADOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EM 2006

2.1.1 CONTRIBUIÇÃO DO IICA AO REPOSICIONAMENTO DA AGRICULTURA E DA VIDA RURAL

Com o objetivo principal de ampliar a contribuição do Ministério da Agricultura (Mapa) para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, o IICA vem implementando um projeto de cooperação técnica para o aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégica e operacional e educação corporativa, a partir da análise e redesenho dos processos de planejamento estratégico, gestão do conhecimento e capacitação.

Cabe também ressaltar o apoio dado pelo IICA ao MAPA na formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de estudos e diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

2.1.2 PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E A COMPETITIVIDADE DOS AGRONEGÓCIOS

O IICA também tem prestado sua cooperação técnica no processo de consolidação do Plano Estratégico da Coordenação de Apoio às Câmaras Setoriais (CGAC) e o apoio para a formulação e acompanhamento da agenda de trabalho das câmaras setoriais e temáticas do Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro) e do próprio MAPA.

Com o objetivo de construir um “Nó” do Agronegócio capaz de irradiar conhecimento e facilitar a cooperação horizontal, o IICA tem atuado no sentido de sistematizar contribuições técnicas relevantes, experiências brasileiras bem-sucedidas, políticas que fortalecem o agronegócio e a agricultura familiar, modalidades de financiamento e avanços relevantes nos programas de agroenergia e biocombustíveis, todos a partir de fontes tradicionais e alternativas de pesquisa, que promovam a dinamização do agronegócio.

A RIB produz e divulga, aos setores competentes, informações sobre as oportunidades de agronegócios no Brasil e análises sobre as implicações para o país, nas mudanças das regras do comércio e das negociações mundiais.

2.1.3 FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS COM UM ENFOQUE TERRITORIAL

A Representação do IICA no Brasil tem cooperado tecnicamente com o Governo brasileiro na implementação da política nacional que apóia o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza rural desde uma perspectiva territorial.

Nesse sentido, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) conta com a cooperação técnica do IICA para

estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, ampliando a capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais em 109 Territórios rurais.

Outra ação do Instituto a ser destacada foi sua atuação junto ao Ministério da Integração no sentido de promover a redução das desigualdades regionais mediante o fortalecimento da capacidade institucional do MI no que diz respeito ao processo de formulação de políticas, aos mecanismos e instrumentos de desenvolvimento regional e à implementação de programas integrados de desenvolvimento.

Também com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o IICA desenvolve, por meio do projeto de cooperação técnica com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que busca valorizar e divulgar o conceito de agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural, com a diversificação das atividades rurais e a construção de mecanismos que permitam a geração de valor à produção.

Com os Governos Estaduais do Maranhão, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte a cooperação técnica do IICA em 2006 se deu no apoio às ações de combate à pobreza rural, onde o Instituto pratica seu modelo de identificação e tratamento de oportunidades e demandas, assim como mantém a política de organização social da população capacitação e elaboração de projetos com a efetiva participação das comunidades beneficiárias.

O IICA no Brasil tem buscado facilitar a aprendizagem contínua em dupla via: difundindo a experiência brasileira na formulação de estratégias, políticas, criação de capacidades locais de forma sustentável; apoio a programas e projetos; e recuperando melhores práticas utilizadas no desenvolvimento rural em outros países e que podem ser úteis para o Brasil.

Nesse sentido a Representação do IICA no Brasil criou o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural no Brasil, como uma instância articuladora do trabalho nacional e difusora da experiência brasileira para o resto do continente, acelerando, assim, o intercâmbio de conhecimentos e de profissionais entre países da região nos processos de cooperação técnica horizontal.

2.1.4 PROMOÇÃO DA SANIDADE AGROPECUÁRIA E DA INOCUIDADE DE ALIMENTOS (SAIA)

O Ministério da Agricultura tem contado com a cooperação do IICA para o fortalecimento e reposicionamento institucional da Secretaria de Defesa Agropecuária no contexto das atividades de gestão estratégica do Ministério, mediante iniciativas e projetos orientados a fortalecer e aparelhar as áreas específicas da SDA, para o atendimento com prontidão das demandas da sociedade.

Mais especificamente, o IICA tem atuado nas ações de cooperação técnica: (i) Desenvolvimento do Programa Nacional de Educação Sanitária “PNESA”

SDA/MAPA; (ii) Realização de oficinas para elaboração do Plano Diretor da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA/MAPA; (iii) Capacitação de técnicos do MAPA e de outras instituições sobre a aplicação e utilização do Instrumento Desempenho, Visão e Estratégia - DVE da OIE/IICA e da ONPF; (iv) Promoção de mecanismos de transmissão das experiências em medidas sanitárias e fitossanitárias; e (v) Desenvolvimento de capacidades dos Laboratórios Nacionais de Referência Agropecuária “Lanagros”, (vi) Assistência técnica para elaboração dos projetos de desenvolvimento dos Laboratórios Nacionais de Referência Agropecuária, (vii) Promoção da temática de Bem Estar Animal, no XXIV Encontro Anual de Etologia.

O IICA Brasil tem participado ativamente para a realização de eventos de nível internacional vinculados com os objetivos da área de SAIA.

2.1.5 PROMOÇÃO DO MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E DO MEIO AMBIENTE

O IICA tem focado sua atuação nessa temática, no que diz respeito ao fortalecimento da capacidade técnica, institucional e gerencial das entidades nacionais responsáveis pela formulação, execução e avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos no tema de gestão integrada de recursos naturais e desenvolvimento regional. Nesse sentido a atuação do IICA tem permitido aos Governos federal e estaduais contar com instrumentos inovadores de planejamento e gestão estratégica com vistas ao aproveitamento racional dos recursos hídricos, minimização das desigualdades regionais e preservação ambiental.

Destaca-se, nesse contexto, a experiência regional do IICA com o tema da desertificação, ao coordenar o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul – IICA/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), envolvendo atualmente seis países, entre esses o Brasil, cuja proposta é melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pela desertificação a partir da mudança de comportamento, de tecnologias apropriadas e de capacitação e treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

2.1.6 PROMOÇÃO DA INCORPORAÇÃO DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Cabe ressaltar a parceria com a Embrapa na execução do “Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão na Pesquisa Agropecuária – Agrofuturo”, que tem destacada importância na geração e na utilização da pesquisa agropecuária para melhorar a competitividade e a qualidade das cadeias produtivas. O projeto contribui ainda para o desenvolvimento de comunidades rurais que precisam de tecnologia de produção agropecuária, de tecnologia de agregação de valor aos seus produtos, de conhecimentos técnicos, de conservação dos recursos naturais, enfim, de estudos que atendam seus anseios e garantam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

3. O ESTADO DA AGRICULTURA E A VIDA RURAL NO BRASIL EM 2006

3.1 FATORES DO ENTORNO NACIONAL

O Brasil se tornou na última década um dos principais atores no mercado agrícola mundial, sendo o principal exportador de açúcar, etanol, carne bovina e de frango, café, suco de laranja e fumo. Desde 2000, por exemplo, as exportações brasileiras de alimentos processados têm crescido a uma taxa de 20% ao ano.

O setor agrícola se desenvolveu fortemente durante os anos 1990, devido à abertura da economia, à estabilização macroeconômica proporcionada pelo Plano Real, aliado ao aumento nos investimentos em infra-estrutura e do crédito.

Essas reformas criaram um ambiente favorável aos investimentos no setor, com multinacionais passando a operar no País, o que permitiu o desenvolvimento das cadeias produtivas e de novas formas de financiamento da produção. A desvalorização cambial, ocorrida no final da década passada, também aumentou a competitividade dos produtos brasileiros e impulsionou as exportações.

Mais uma vez, o agronegócio foi o principal responsável pelo bom desempenho da balança comercial brasileira em 2006. De acordo com o Ministério da Agricultura, as exportações do setor atingiram US\$ 49,42 bilhões no ano passado, recorde histórico, com crescimento de 13,4% em relação a 2005. As vendas externas corresponderam a 36% do total exportado pelo Brasil – US\$ 137,4 bilhões. Os grandes destaques foram álcool e açúcar, café, suco de frutas, carnes e couros.

Já as importações, que somaram US\$ 6,69 bilhões em 2006, cresceram 31%, principalmente devido ao aumento das compras de trigo (52%), borracha natural (43%) e arroz (35%). No caso do trigo, o fator que determinou o crescimento foi a quebra da safra brasileira. Quanto ao arroz, esse tem sido importado mais do Uruguai devido ao câmbio valorizado, que barateia o preço do produto estrangeiro.

No entanto, esse cenário pode ser prejudicado, no futuro, por fatores como choques econômicos adversos, gargalos de logística, limitação de acesso ao crédito e diminuição da expansão da área destinada à agricultura.

A apreciação do real frente ao dólar, ocorrida recentemente, está encarecendo os produtos brasileiros, e a tendência é que essa situação continue.

O setor também deve encontrar dificuldades na obtenção de financiamento, devido a dois fatores: o alto grau de endividamento dos produtores rurais e os altos juros cobrados no sistema bancário. Esta situação vê-se agravada pelo peso das dívidas antigas que devem ser roladas, o que dificulta o plantio da safra atual.

A expansão da área destinada à agricultura deve diminuir o seu ritmo, forçada principalmente pela limitação de recursos disponíveis para a abertura de novas áreas e por questões ambientais. Ainda assim, espera-se um crescimento de 4,5%

ao ano para os próximos 10 anos, o que significa cerca de 1,8 milhões de hectares a mais por ano.

Os gargalos logísticos gerados pelo forte crescimento da produção agrícola, desacompanhada de investimentos em ferrovias, estradas, portos e armazéns, deve ser um dos principais entraves à expansão do setor. Segundo estimativas exportar soja a partir do Brasil custa 83% a mais do que dos Estados Unidos, ou 94% mais caro se comparado com a Argentina.

As exportações brasileiras também são limitadas por barreiras sanitárias nos principais mercados do mundo. Um exemplo disso são as barreiras impostas às carnes bovina e suína, principalmente após a eclosão de casos de febre aftosa no País. O surgimento de casos da doença de Newcastle, ocorrido em 2006, impediu o acesso do frango brasileiro aos mercados da Coreia, Japão, Canadá e Estados Unidos.

Outro fator que deve limitar o crescimento das exportações brasileiras, nos próximos anos, é a crescente demanda por biocombustíveis, que desvia terras e capital para a produção de cana, soja, mamona, girassol, entre outros. Atualmente, o álcool é responsável por 37% do combustível utilizado em carros de passeio, e a tendência é que essa participação aumente com a popularização dos carros com motores bi combustíveis (flex fuel).

3.2 MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO E NAS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA E A VIDA RURAL

A agricultura familiar brasileira, responsável por mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária, passa a ter uma lei específica que ajudará a fortalecer políticas e a destinação de recursos específicos para os pequenos produtores. A partir de 24/07/2006, com a sanção presidencial, os agricultores familiares são reconhecidos como segmento produtivo e, com isso, há mais estabilidade para as políticas de gestão, crédito e apoio à produção. A lei, que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, era uma reivindicação do setor desde 1993.

O projeto define em primeiro lugar o que é a agricultura familiar. Isso permite a classificação dos trabalhadores para receber benefícios e integrar ações como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A lei registra que esse trabalhador tem pequenas propriedades, utiliza mão-de-obra da própria família, tenha renda originada no seu empreendimento e que seja o gestor de seu trabalho.

O tamanho da pequena propriedade é definido por no máximo quatro módulos fiscais, ou seja, uma unidade de medida regional que varia para cada localidade, de acordo com dados de produtividade. Isso significa uma área maior na região Norte e Nordeste, em relação à região Sudeste. O conceito de agricultor familiar também beneficia trabalhadores da floresta, pescadores e extrativistas.

A política nacional deverá observar os princípios da descentralização, da sustentabilidade ambiental, social e econômica, da equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia, e da participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da nova política. Toda legislação também vai ajudar a integrar as políticas da agricultura familiar, em todas as suas fases de implementação, gestão e execução, com aquelas direcionadas à reforma agrária.

O que muda com a Política Nacional da Agricultura Familiar

A agricultura familiar passa a ser reconhecida como uma categoria produtiva e se encerram as dúvidas sobre a sua conceituação legal

Garante a participação de agricultores e agricultoras familiares na formulação e implementação das políticas do setor

As relações de trabalho e organizacionais nesse segmento se fortalecem com a aplicação de diversas políticas fundamentais para os agricultores familiares, como a da Previdência Social

Os órgãos governamentais poderão adotar esse conceito para aplicar outras medidas em benefício ao segmento, além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

A Revisão dos Índices de Produtividade continua pendente. A proposta eleva os índices exigidos, dobrando-os em alguns casos. Os novos índices valeriam para 99 mil propriedades com extensão superior a 15 módulos fiscais (entre 20 e 90 hectares), que representam apenas 2% do total das fazendas, mas significam 52% da área total. Lideranças ruralistas são radicalmente contra as alterações, enquanto os movimentos sociais exigem a revisão.

Apesar dos avanços obtidos, há questões pendentes, como a alteração do Código Florestal, introduzido pela Lei nº. 4.771, de 1965 e modificado pela Medida Provisória nº. 2166-67, de 2001, e proposições que viabilizam o registro e a comercialização de agroquímicos genéricos. Há também questões relacionadas à legislação estadual, frequentemente mais restritiva que a federal, nas questões ambientais.

Decretos aprovados em 2006:

Tipo	Número	Data Assinatura	Data Publicação	Ementa
Decreto	5891	11/09/2006	12/09/2006	Dispõe sobre a adoção de medidas destinadas à substituição, por sementes produzidas em conformidade com os ditames da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, de grãos de soja geneticamente modificada tolerante a glifosato reservados para uso próprio pelos produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Tipo	Número	Data Assinatura	Data Publicação	Ementa
Decreto	5759	17/04/2006	18/04/2006	Promulga o texto revisto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais.
Decreto	5741	30/03/2006	31/03/2006	Fica aprovado, na forma do Anexo deste Decreto, o Regulamento dos arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

3.3 REFORMAS INSTITUCIONAIS NA AGRICULTURA E O MEIO RURAL

A decisão do Governo Brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como sendo necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, segundo uma abordagem inovadora. Esta decisão teve como resultado a proposta de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do MDA, e a formulação de um programa nacional apresentado, e aprovado, no âmbito do Plano Plurianual do Brasil, 2004-2007. Esse programa, a própria SDT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, os demais órgãos da administração pública federal com ações confluentes no desenvolvimento sustentável, os governos estaduais e municipais, e um vasto número de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além das próprias populações dos territórios rurais, constituem a base política, institucional e humana desta proposta.

Análises fundamentadas apontam para um fato: as políticas públicas implementadas nas últimas décadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil ou foram insuficientes, ou não pretendiam mesmo generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida das populações que habitavam o interior brasileiro. A maior evidência é o aumento da pobreza¹ e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas.

Mesmo com avanços em espaços conquistados pelos movimentos sociais, os resultados ainda estão muito aquém das necessidades. Alguns poucos resultados ainda podem ser considerados restritos a determinadas regiões ou setores. As assimetrias quanto às oportunidades de desenvolvimento ainda produzem no meio rural, o maior contingente de pobres e de excluídos.

Persistem os problemas de má distribuição da renda, as limitações de acesso a ativos produtivos e a serviços de apoio à produção. Para enfrentar as assimetrias que persistem nos níveis de desenvolvimento de vastas camadas sociais e de diversas regiões brasileiras, mudanças substanciais deverão ocorrer no escopo e na forma de encarar o desafio de resgatar da pobreza e do abandono a vasta

¹ Em 1996, 28,6% dos lares brasileiros e 35,8% da população eram considerados pobres. Em 1999 estes indicadores subiram para 29,8% e 37,5%, respectivamente. O nível de indigência, entretanto, foi ligeiramente reduzido neste mesmo período, passando de 10,5% dos lares e 13,9% da população, para 9,6% dos lares e 12,9% da população (Panorama Social de América Latina 2001-2002, CEPAL)

população que atualmente enfrenta os velhos problemas que sempre assolaram o meio rural brasileiro. Mudanças essenciais deverão ser assumidas pelos formuladores e operadores das políticas públicas, o que significa, fundamentalmente, reconhecer a importância da agricultura familiar e do acesso à terra como dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo, mas também de compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações intersetoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão.

Mas, para ser valorizado, o rural precisa cumprir com os requisitos da produção, da otimização de seus recursos e da geração de riquezas, o que somente será viável se forem compreendidos e dinamizados seus próprios recursos humanos e naturais; se forem incorporados elementos da ciência, na forma de tecnologias ambientalmente amigáveis; se forem articulados as suas interações com os demais setores econômicos; se o seu capital social² se desenvolver e, com ele, as pessoas encontrarem melhores oportunidades de bem estar e de dignidade.

Apesar das evidentes diferenças, o “rural” e o “urbano” não constituem mais dois mundos à parte. Em boa parte do Brasil, as comunidades rurais e urbanas estão intimamente associadas em termos de causas e efeitos de diversos problemas sociais, econômicos e ambientais. Seria sensato inferir que essas comunidades também estariam solidárias quanto às possibilidades reais de enfrentá-los. Concretamente, qualquer proposta inovadora que busque estimular o desenvolvimento sustentável deve enfatizar complementaridades, interdependências, coincidências e agendas comuns desses dois lados de uma mesma moeda.

O principal desafio ético da sociedade brasileira é banir a fome e a miséria do seio do nosso povo. O maior desafio social é livrar da pobreza cerca de ¼ da população, estabelecendo mecanismos de estímulo à sua inclusão digna no processo de desenvolvimento do Brasil. Frente à grandeza deste desafio, não se pode imaginar que ele será vencido pela repetição das mesmas propostas, que atenderam insuficientemente a alguns setores ou regiões. O Brasil necessita aproveitar oportunidades de alterar efetivamente os velhos paradigmas orientados para a concentração dos ativos e da renda, para a super exploração dos recursos naturais e para a discriminação de oportunidades.

A solução definitiva virá apenas com a aceitação de que transformações importantes deverão ocorrer na sociedade, com o estabelecimento de padrões de desenvolvimento sustentáveis em todos os setores, continuamente aprimorados por

² Capital social refere-se às instituições, relações e normas que moldam a qualidade e a quantidade das interações sociais. Cada vez mais evidências têm demonstrado que a coesão social é crucial para que as sociedades prosperem economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. O capital social não é apenas a soma das instituições que reforçam uma sociedade - é o amálgama que as mantém coesas. (Seminário “Diálogos Sobre Redução da Pobreza Rural no Nordeste”. “Construindo Capital Social para o Desenvolvimento e a Redução da Pobreza no NE do Brasil”. WBI/PNUD/IICA. Adelina Paiva e Sueli Couto Rosa, Brasília, 2003).

meio de ordenamentos dinâmicos e democraticamente conduzidos. Para que estes expressivos avanços aconteçam será preciso aprofundar mudanças e avançar em direção a novos paradigmas nas relações entre o Estado e a Sociedade, estabelecendo políticas públicas duradouras e abrangentes, com instrumentos focados nas transformações pretendidas, que estimulem o desenvolvimento descentralizado e a autogestão.

Esse programa nacional deverá propor inovações para estar à altura das necessidades e anseios da sociedade nacional. Para que este processo aconteça em todo o território nacional, e para que ele se transforme em uma efetiva conquista democrática, será necessário promover o desenvolvimento rural desde uma perspectiva territorial. Nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características.

Em países como o Brasil, a razão de fundo da persistência da pobreza é a concentração da riqueza, que tem sua origem nas dificuldades criadas ao acesso a bens de capital e às capacidades humanas, competentes para favorecerem o aumento sustentável na renda. O acesso a terra é um direito inalienável do agricultor, pois este é o principal passo em direção à habilitação produtiva, aos instrumentos de apoio à produção e aos serviços públicos essenciais. As restrições de acesso a terra fazem parte do elenco de direitos negados a uma sociedade surgida de um sistema senhorial mal resolvido, com raízes escravocratas, e ainda presentes em alguns aspectos da sociedade atual.

Desses resquícios brotam as mais graves formas de desigualdade, ainda presentes na nossa sociedade. O caminho para a extirpação da pobreza endêmica desta sociedade, desafio de longo prazo, passa pelo resgate da dívida social deste País para com o seu Povo. Um dos aspectos mais relevantes é garantir o acesso à terra e aos serviços públicos essenciais aos agricultores e suas famílias, de tal forma que possam ter oportunidade de usufruir de políticas públicas capazes de acelerar transformações que suplantem as assimetrias sociais e regionais existentes. Estes elementos indutores combinados não atuam apenas sobre a questão econômica, mas fertilizam todo um processo de diferenciação social, cujo elo mais relevante é a garantia do acesso a terra, política pública prioritária para o País e que conta com expressiva colaboração dos movimentos sociais organizados.

A reforma agrária, agindo decisivamente em regiões onde a estrutura fundiária denote a presença de anomalias incompatíveis com o princípio da destinação social da propriedade rural, é o elemento central de uma política de correção das desigualdades sociais. Contudo, ela tem de ser pensada e instalada segundo uma visão integradora no âmbito territorial, já que o êxito da reforma agrária não pode ser medido apenas em termos de famílias assentadas, mas, principalmente, na contribuição dessas famílias ao desenvolvimento da região onde elas estão inseridas, expresso em termos de melhoria sustentada dos indicadores de qualidade

de vida, e dos efeitos positivos da integração das áreas reformadas ao contexto geral dos territórios.

Portanto, por meio de critérios objetivos, os territórios deverão conjugar estratégias apropriadas de encaminhamento das questões fundiárias, tendo por base as demandas sociais e o elenco de instrumentos disponibilizados através das políticas públicas nacionais e estaduais. Quaisquer que sejam os caminhos escolhidos, a distribuição da terra terá que estar aliada a políticas de investimentos e acesso a serviços que assegurem à agricultura familiar as condições de atuar como fomentadora e asseguradora do desenvolvimento territorial sustentável.

A agricultura familiar, que ocupa mais de quatro milhões de estabelecimentos agropecuários do País (cerca de 90% do total), responde por 40% do valor bruto da produção agropecuária (metade dos produtos componentes da cesta básica) e ocupa apenas 33% da área total agropecuária, constitui-se na principal alavanca do desenvolvimento sustentável do interior. Ela tem um imenso espaço para crescer e desenvolver-se, pois apenas 20% dos estabelecimentos familiares são “muito integrados” ao mercado, enquanto que 40% são “pouco integrados”, restando outros 40% que quase não geram renda³. Um programa com objetivos claros de atuar decididamente no revigoramento dos 80% dos estabelecimentos familiares com espaço para desenvolver-se, gerando uma grande contribuição à economia e à redução das assimetrias mencionadas, poderá provocar externalidades ainda maiores quando aplicados os fundamentos da abordagem territorial, o que é uma decisão estratégica do Governo Federal.

O apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, à reforma agrária e ao reordenamento agrário, harmoniza-se perfeitamente com o desenvolvimento territorial, assim como este se ajusta perfeitamente às prioridades de combate à pobreza e à fome, na medida em que estabelece condições do florescimento de uma dinâmica de desenvolvimento descentralizado, interiorizado, participativo e sustentável.

3.3.1 DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL

O enfoque territorial implica no desenvolvimento endógeno e na autogestão. As regiões mais carentes de desenvolvimento são exatamente aquelas que apresentam os mais altos índices de analfabetismo e que sofrem, desde muito tempo, processos de exclusão social, de migração e de restrições de acesso aos serviços públicos essenciais. Essas regiões estão dentre as mais pobres do País e, geralmente, possuem capital social pouco desenvolvido, devido a fatores econômicos (falta de meios, pobreza, desemprego); sociais (dependência, subordinação, escassa organização social); geográficos (isolamento, dificuldade de comunicações, limitantes naturais); educacionais (educação formal deficiente, analfabetismo, baixa informação e capacitação); e práticas políticas (pouca participação, clientelismo). Esses elementos desfavoráveis reduziram dramaticamente as chances da conquista da cidadania e da participação, acentuando as assimetrias sociais, econômicas e políticas.

³ Proposta do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS. Terceira versão.

Em algumas regiões, os fatores desagregadores citados são compensados, ao menos parcialmente, por forte identidade cultural, por ações coletivas e pela solidariedade, desenvolvidas sobre práticas sociais de Fé, de trabalho conjunto, compartilhamento de recursos naturais escassos e uso comum da terra para criação de animais. Em algumas regiões, o crescimento e institucionalização do capital social são vistos como algo de pouca relevância, até que isso produza os primeiros resultados concretos, antes tidos como inatingíveis.

São também regiões de capital natural pressionado por escassos recursos, como o semi-árido, ou por desequilíbrios eminentes, como a Amazônia, que requerem sistemas de apropriação fundados na preservação e na gestão cautelosa dos recursos naturais. Portanto, dificultam a apropriação pelo homem do capital natural, ou cobram dele o esgotamento precoce dos recursos naturais, reduzindo seus rendimentos e dificultando as condições de reprodução. Quanto aos condicionantes humanos, sociais, políticos e ambientais, as indicações são as recorrentes de todos os estudos, demandas e propostas:

- Prioridade para a educação formal, acesso aos serviços de saúde e oportunidades de trabalho, de tal forma a reconstruir o capital humano no espaço de uma geração;
- Mobilização, organização, valorização cultural, capacitação, participação e desenvolvimento institucional, para construir o capital social cognitivo e estrutural;
- Renovação das práticas políticas e garantia de acesso às políticas públicas, para redução da dependência e avanço da gestão social;
- Inovações tecnológicas apropriadas e ecologicamente amigáveis, inovações sociais e institucionais, valorização dos recursos locais, difusão de conhecimentos contextualizados, “saber fazer” democratizados, diversificação econômica, para melhor usar os recursos naturais e preservar o ambiente.

Em todos os casos, faz-se necessário: investimentos públicos e privados focados nos territórios, proteção social dos grupos mais frágeis, informação, capacitação e assistência técnica de qualidade. Sem esquecer os enfoques transversais temáticos da maior importância, tais como gênero, geração, raça e etnia.

Outro desafio a ser enfrentado é a questão fundiária. Uma das maiores responsáveis pela persistência das iniquidades sociais no campo é a concentração fundiária, explicada tanto pelas raízes históricas do País, quanto pela insuficiência das políticas de reforma agrária e promoção da agricultura familiar. A concentração fundiária no Brasil atingiu índices demasiadamente elevados, o que reforçou o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário⁴. A produção de subsistência foi sendo eliminada e os produtores expulsos para os centros urbanos, passando grande parte dos minifúndios a funcionar como moradia de famílias e não

⁴ Reforma Agrária, Desenvolvimento e Participação: uma discussão das transformações necessárias e possíveis. Antônio Márcio Buainain, José Maria da Silveira, Edson Teófilo. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento - NEAD

mais como unidades de produção, anteriormente dedicadas à agropecuária de pequena escala.

No Nordeste, o acesso ao crédito rural, mesmo às linhas do PRONAF, é restrito a menos de 15% dos proprietários⁵, pois a maioria dos agricultores familiares não dispõe de documentação fundiária hábil, ou possuem tão pouca terra que não são suficientes para sua subsistência ou, ainda, não são suficientes para garantir empréstimos bancários. Evidentemente, políticas adequadas a cada situação poderão garantir que um grande número de agricultores e trabalhadores rurais ascenda às políticas públicas que os beneficiem, ampliando consideravelmente a possibilidade de construção de capital social nos territórios de regiões como o Sul e o Nordeste.

A realização da reforma agrária deve se dar enquanto medida estratégica de expansão e fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, depende de uma política agrária abrangente que permita o acesso a terra a todos os trabalhadores e trabalhadoras sem terra, ou com terra insuficiente para assegurar o seu desenvolvimento. A distribuição da terra terá que estar aliada a políticas e serviços que assegurem à agricultura familiar as condições de atuar como fomentadora e sustentadora do desenvolvimento local sustentável⁶. Portanto, um programa de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais, com alcance nacional, pressupõe uma decidida alteração do quadro fundiário brasileiro, pois se desconcentrando as terras, também se desconcentrarão as condições de desenvolvimento de quase 14 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, que vivem e trabalham a terra com suas famílias⁷.

Articular políticas públicas com demandas sociais exige uma alteração importante nos planejadores e executores de políticas e nos Atores Sociais que negociam a participação nas mesmas. Evidentemente, esta questão estará no centro dos problemas quando da generalização do enfoque territorial no desenvolvimento. Deverá oferecer um desafio notável vencer a tradição de enxergar o desenvolvimento como a soma do crescimento de diversos setores econômicos ou sociais. Setorizar o desenvolvimento e “focar”⁸ políticas públicas têm se mostrado uma prática que também serve à exclusão de largas parcelas “esquecidas” da sociedade brasileira, tais como os habitantes das zonas rurais e das pequenas e médias cidades das regiões de menor desenvolvimento do País.

Certamente outro aspecto a ser superado tem a ver com a centralização dos conhecimentos e das informações, e a sua utilização restrita a setores econômicos ou a grupos sociais. A gestão democrática do conhecimento e da informação pode equilibrar as forças nessa luta pela generalização do desenvolvimento, do acesso a

⁵ Segundo dados constantes em www.pronaf.gov.br para o ano de 2002 (296.349 contratos em 2.055.157 estabelecimentos).

⁶ CNDRS- PNDRS, 3ª Versão, Dezembro de 2002.

⁷ Relatório Projeto FAO/INCRA (1995-1996)

⁸ Um termo muito em uso atualmente pelos formuladores, mas controverso. O “foco” das políticas públicas tem sido, freqüentemente, setores econômicos ou sociais que “podem dar respostas”, Usualmente respostas em produção e outros efeitos desejados sobre indicadores econômicos. Os demais são secundarizados. O “foco” da abordagem proposta é o território, e os indicadores sobre os quais se deseja atuar são aqueles que expressem claramente a melhoria sustentada dos níveis de qualidade de vida da sua população.

oportunidades e ao bem estar da população. Neste caso, o problema tem de ser atacado pelo lado da Educação, da qualificação e da capacitação, tanto para o trabalho quanto para a participação e a cidadania. A generalização do conhecimento implica na manutenção de serviços de animação e extensão, disseminação de centros de informação e promoção rural, ampliação do acesso digital e emprego de tecnologias avançadas de informação e educação.

A fragilidade das estruturas políticas complementa o quadro de dificuldades, já que as milhares de administrações municipais seriam, idealmente, os principais vetores do desenvolvimento descentralizado, mas a falta de capacidades, leia-se escasso capital humano e social, a baixa governabilidade e a insuficiência de recursos financeiros, impelem boa parte da gestão pública local para práticas rotineiras, quando não meramente assistencialistas e de duvidosa transparência.

Evidentemente enfrentar tamanha dívida social exige investimentos substanciais e contínuos. Para vencer dificuldades estruturais expressivas é absolutamente necessário que o Poder Público redirecione seus investimentos, segundo as demandas explicitadas no processo de desenvolvimento territorial. Principalmente quanto à formação, ou reconstrução, do capital humano, do capital social, da infraestrutura social e econômica, à oferta de serviços públicos básicos e assistência técnica de qualidade, não há como imaginar mudanças sem investimentos consistentes durante alguns anos. Somente após a maturação dos investimentos públicos - e a dinamização das economias e sociedades territoriais - será possível pensar em um processo generalizado de desenvolvimento sustentado por investimentos privados, por iniciativas autônomas, por competências locais, pela dinâmica dos mercados, pelos conhecimentos acumulados e pelas oportunidades dos negócios.

Além das questões estruturais, estão aí as questões emergenciais, como acesso à terra, fome, pobreza, indigência, doenças endêmicas, habitação, segurança e trabalho. São muito graves, mas são passíveis de políticas localizadas e focadas em grupos mais expostos aos riscos sociais e às dificuldades impostas pela realidade econômica. É possível nutrir a esperança de que estes problemas estarão com seus dias contados caso sejam combatidos seus efeitos, mas, principalmente, sejam combatidas as suas causas. Os efeitos se combatem com facilitação no acesso à terra, rede de proteção social, ações emergenciais de distribuição de alimentos, atenção à saúde, moradia e saneamento básico, dentre outros. Mas as causas somente serão extirpadas se combatermos vigorosamente as carências estruturais e estas, mesmo admitindo que outras existam, já estão apontadas nos parágrafos anteriores.

3.3.2 UMA PROPOSTA ESTRATÉGICA PARA O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

Um dos mais importantes desafios, dentre os que se apresentam ao Brasil atualmente, é o de dotar o País de um novo paradigma para o desenvolvimento. O MDA está assumindo grande responsabilidade no processo de estabelecimento deste padrão de desenvolvimento centrado na inclusão e na justiça social, no crescimento com equidade, na reativação das economias locais e na gestão

sustentável dos recursos naturais. Simultaneamente, deverá ater-se às limitantes impostas pelas restrições orçamentárias, financeiras e humanas, que reduzem a capacidade de intervenção convencional, lançando mão de estratégias de descentralização, de participação da sociedade, de planejamento ascendente e de valorização dos recursos locais, fatores que, combinados, obrigam à reinvenção de processos de articulação, ordenamento e apoio ao desenvolvimento, e do próprio papel do Estado.

O mandato do Ministério do Desenvolvimento Agrário jurisdiciona aspectos extremamente relevantes que afetam estas questões. Suas atribuições na área fundiária (reforma agrária e reestruturação fundiária); na geração de renda, de trabalho, melhor qualidade de vida e na segurança alimentar (agricultura familiar); na articulação de políticas setoriais e modelagem de novas abordagens para instrumentos de intervenção em desenvolvimento rural e regional sustentáveis (desenvolvimento territorial); assim como a possibilidade de formulação, adequação e negociação de políticas públicas (conselho político), se constituem em aparato institucional capaz de exercer expressivo papel na transformação das condições de vida de cerca de 50 milhões de brasileiros, que vivem em 4.500 municípios “essencialmente rurais”⁹ existentes no Brasil.

Contudo, o MDA não atuará dissociado dos demais órgãos da administração federal, estadual e municipal, e da sociedade civil. A busca por alianças e parcerias é uma constante neste processo de apoiar a articulação de diversos instrumentos de políticas públicas sob a responsabilidade de outras entidades. Mesmo o empresariado deverá conhecer as oportunidades surgidas com o adensamento organizativo e com a dinamização econômica por que deverão passar os territórios que imprimirem a abordagem territorial em seus planos de desenvolvimento sustentável. O Poder Público municipal deverá ser fortalecido neste processo, para que possa assumir plenamente as suas responsabilidades, oferecendo serviços de qualidade extensivos a toda a população. Os municípios brasileiros, por suas características gerais e interações diversas, se constituem em “microrregiões geográficas”¹⁰, dentre as quais cerca de 450¹¹ delas podem ser caracterizadas como “essencialmente rurais”¹², incluindo as respectivas cidades de pequeno e de médio porte¹³.

Com as alterações promovidas em sua estrutura, o MDA propôs a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, para, com isso, pensar o desenvolvimento rural não somente a partir da produção agropecuária, mas também considerando a articulação da demanda/oferta de outros serviços públicos tidos como necessários. A SDT desenvolve estratégias de integração de instrumentos complementares à função produtiva, para que se estimule o dinamismo entre a base social, governos estaduais e municipais e a sociedade.

⁹ Mapeamento das Microrregiões geográficas “rurais” do Brasil (uma primeira aproximação). Estudo realizado pela equipe técnica da SDT.

¹⁰ Segundo o IBGE, os 5.506 municípios brasileiros constituem 560 microrregiões geográficas.

¹¹ Cálculos efetuados pela SDT sobre dados do IBGE

¹² Aplicando-se critérios como densidade populacional e população total média por município componente de cada microrregião.

¹³ De forma alguma se deve confundir microrregiões geográficas “rurais” com territórios rurais. Ambos tem algumas características similares, mas são diferentes em aspectos essenciais.

Estas atividades são feitas em estreita coordenação com as demais Secretarias e com o INCRA, cabendo à SDT, após ampla negociação com os diversos Atores Sociais, indicar quais os territórios rurais com os quais estará trabalhando diretamente, para que, naqueles, os demais programas gerenciados pelo MDA possam orientar-se pelo processo geral de organização e planejamento do território, interagindo com ele. Nos demais municípios e regiões, tanto a SDT quanto a SRA, a SAF e o INCRA, deverão desenvolver ações decorrentes dos programas que executam, devendo fazê-lo, contudo, de maneira estratégica, procurando ajustar, sempre que possível, seus procedimentos aos princípios norteadores da abordagem territorial.

O MDA propôs¹⁴ um programa de âmbito nacional que estabelece objetivos, metas, resultados, estratégias e processos capazes de não somente promover mudanças no cenário rural brasileiro, mas também de estabelecer alianças com a sociedade civil, com os estados e municípios, com os movimentos sociais e com os demais parceiros governamentais e não governamentais. Este programa tem abrangência nacional, isto é, atingirá todas as regiões brasileiras em um certo período de tempo. Contudo, deverá começar empreendendo uma estratégia segura de aprendizagem, formação de parcerias, sensibilização, mobilização, informação e capacitação, para que possa avançar com segurança no caminho das pretendidas transformações profundas e permanentes, tanto nos aspectos de ordenamento territorial (formulação e implementação de políticas e seus instrumentos), quanto nos aspectos de desenvolvimento territorial sustentável (incrementos sustentados nos indicadores de qualidade de vida das populações dos territórios).

O eixo estratégico proposto pelo MDA é atuar coordenadamente com todos os programas sob sua responsabilidade dentro dos territórios, promovendo o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nos quais predominem os agricultores familiares, segundo critérios que atendam a uma abordagem integrada dos problemas e potencialidades de cada unidade territorial e com foco na melhor qualidade de vida da sua população e na geração de empregos e de renda. O MDA propõe, no âmbito da proposta do Governo Federal, a implementação de quatro diretrizes¹⁵:

- Ampliação e fortalecimento da Agricultura Familiar;
- Reforma agrária;
- Inclusão social e combate à pobreza rural; e
- Promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

Para enfrentar estes desafios, o MDA vem adotando uma estratégia para conduzir seus esforços no sentido de assumir gradativamente a abordagem territorial nos programas sob sua coordenação, estimulando, ainda, outros setores públicos que administram políticas públicas de interesse dos territórios rurais, para que também o façam.

¹⁴ A proposta do MDA para o PPA 2004-2007 inclui o Programa de Desenvolvimento dos Territórios Rurais, constante da Proposta do Executivo ao Legislativo, atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

¹⁵ Proposta do MDA ao PPA 2004-2007

Para tanto, é importante que sejam realizados esforços no sentido de internalizar conceitos e experiências sobre a temática do desenvolvimento territorial, e discutidas formas de apropriá-los pelos instrumentos de políticas manejados por cada setor, momento em que equipes técnicas, gestores e dirigentes poderiam aproximar conceitos e ampliar experiências sobre o assunto.

Com o trabalho de ordenamento, onde seriam aplicados indicadores para a identificação preliminar das microrregiões que apresentam características rurais e maior demanda social em cada estado, seriam facilitadas as atividades de dimensionamento de metas e de articulações com os Atores Sociais e o MDA. A intenção é selecionar territórios prioritários que seriam objeto das ações previstas no programa de apoio ao desenvolvimento territorial.

Entretanto, conhecidas as microrregiões rurais, ponderando-se as informações obtidas em cada Região e Estado, seriam mais facilmente reconhecidos os relevantes eixos condutores do processo de revelação dos territórios, sobre os quais se construiriam as bases do seu próprio desenvolvimento. Cabe ressaltar que esta proposta reconhece a existência das muitas iniciativas de governos, da sociedade civil, de movimentos sociais e de organismos de cooperação, que vêm impulsionando diversas ações no sentido de botar em prática propostas de desenvolvimento sustentável, utilizando referências semelhantes as que constam deste documento.

Não é coincidência. A proposta do MDA prevê enfaticamente a apropriação das experiências existentes ou em andamento, e dos resultados colhidos, apoiando as institucionalidades e organizações nelas envolvidas, desde que desejem e possam ampliar e aperfeiçoar suas atividades. O Programa de Desenvolvimento Territorial tratará convenientemente desses apoios.

As prioridades são aquelas contidas nas suas diretrizes estratégicas, com as ênfases relativas a cada caso e abordagens transversais em temas como gênero, geração, etnia, meio ambiente, capital humano, capital social, dentre outros. Assim, as peculiaridades de cada território poderão ser atendidas e os instrumentos de programas nacionais deverão se ajustar às suas necessidades.

Uma vez determinado no rol das prioridades, caberá à SDT, com parceiros, promover ações preliminares de sensibilização, informação, mobilização, organização, capacitação, assessoramento técnico para diagnóstico, planejamento territorial e articulação institucional, agregação à rede virtual, monitoria e avaliação, além do assessoramento aos “projetos específicos” de cada território. Coordenadamente, a realização de outras ações estarão à cargo desta Secretaria, cabendo às demais atuarem integradas, segundo suas competências temáticas e programáticas.

A SDT desenvolverá estratégias de integração de instrumentos complementares às funções produtivas, para que seja estimulada a dinamização entre a base social, governos estaduais e municipais e a sociedade. Contudo, começará empreendendo estratégias seguras de aprendizagem, parcerias, sensibilização, mobilização, informação e capacitação, para que possa avançar com segurança a caminho das

pretendidas transformações profundas e permanentes, tanto nos aspectos do ordenamento quanto de desenvolvimento dos territórios¹⁶.

Outro programa que merece destaque no âmbito de atuação do MDA é o Crédito Fundiário que possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais o acesso a terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais.

São também financiados os investimentos em infra-estrutura básica (casas, energia elétrica, rede de abastecimento de água, estradas), para a estruturação da unidade produtiva (assistência técnica, investimentos iniciais na produção) e projetos comunitários. Há créditos adicionais para projetos de convivência com a seca no semi-árido e para recuperação de passivos ambientais.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário e está vinculado à Secretaria de Reordenamento Agrário. É resultado de Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial. Os recursos para aquisição dos imóveis são oriundos do Governo Federal.

O Crédito Fundiário é executado de forma descentralizada, em parceria com os **governos estaduais** e com o movimento sindical de trabalhadores rurais e da agricultura familiar e conta com a participação dos Conselhos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para cada público, há uma linha de financiamento:

- **Combate à Pobreza Rural** - para as regiões e os trabalhadores mais pobres;
- **Nossa Primeira Terra** – para os jovens filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas e Escolas Família Agrícola;
- **Consolidação da Agricultura Familiar** - para agricultores familiares que desejam ampliar sua propriedade.

Há que se estabelecer prioridades e focar perfeitamente os instrumentos de execução das políticas públicas. Com a articulação do MDA, os mecanismos de políticas públicas sob sua responsabilidade, combinados com àqueles sob responsabilidade de outros setores dos governos Federal, Estaduais e Municipais¹⁷ deverão considerar a abordagem territorial como uma explícita referência à necessária coordenação intergovernamental e intersetorial, harmonizando as políticas públicas nos diversos níveis de governo, que deverão sintonizar-se com as demandas das populações territoriais e organizações da sociedade civil. A

¹⁶ O indicador de desenvolvimento sustentável do território mais relevante é o incremento sustentado dos indicadores de qualidade de vida da sua população.

¹⁷ Principalmente Educação, Saúde, Agricultura, Energia, Transportes, Comunicações, Integração Nacional.

coordenação das ações de responsabilidade do MDA somente encontrará significado e projetará uma nova maneira de governar e de interagir com a sociedade civil se for adotada, plenamente, a abordagem territorial. Como conceito geral, a abordagem territorial pode ser empregada em praticamente qualquer realidade concreta, cabendo ao MDA articular a seleção e ordenamento das microrregiões que inicialmente receberão o apoio pretendido, segundo suas limitações de recursos.

3.4 COMÉRCIO AGROALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS

Além dos problemas conjunturais de sanidade, o Brasil vem enfrentando os problemas decorrentes das distorções geradas no mercado mundial em função de subsídios e barreiras técnicas, o que permite que haja diminuições do preço de mercado internacional e perdas financeiras na Balança Comercial.

As exportações de agroalimentos processados dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos são afetadas pela proteção instituída por determinados países, visando assegurar padrões de segurança e qualidade para os produtos importados.

Em algumas áreas o Brasil possui vantagens competitivas importantes. Acredita-se que existe para o Brasil uma enorme oportunidade de expansão no setor sucro-alcooleiro, haja vista a enorme competitividade que o país possui, com produtos de alta qualidade e preço competitivo no mercado não apenas doméstico, mas também mundial. Contudo, para que isso realmente ocorra e para que o país continue a desfrutar a posição de maior exportador mundial de açúcar, faz-se necessário esforço para suplantando algumas barreiras ainda existentes, tais como as fortes restrições e medidas protecionistas para a entrada do açúcar e do álcool em determinados países e os desafios tecnológicos na produção do álcool etanol, já que alguns países obtêm o produto com matéria-prima como o milho, com os mesmo índices de produtividade que o brasileiro.

Em produtos nos quais o Brasil não é competitivo são estreitados os laços de comércio com países vizinhos. É o que acontece com o trigo, cujo custo de produção em termos médios, no Rio Grande do Sul chega a US\$ 9,34/saco, contra US\$ 13,36/saco no Paraná e apenas cerca de US\$ 7,00/saco na Argentina.. Nestas condições, a competitividade do trigo argentino é muito superior, fato que explica o interesse do Mercosul, e particularmente da Argentina, na liberalização dos mercados agrícolas quando da constituição dos acordos da ALCA e da União Européia-Mercosul.

Embora seja correto que o Brasil continue a se empenhar nas negociações internacionais, buscando remover os subsídios e as barreiras dos países desenvolvidos, deve se também ter em conta que os efeitos de uma liberalização

não são tão relevantes como comumente se pensa. Estima-se¹⁸ que os ganhos para o Brasil de uma completa remoção de todas as formas de proteção comercial seriam de cerca de 0,6% de aumento no bem-estar, ou de cerca de US\$ 3 bilhões de dólares ao ano.

Esta informação deve ser levada em conta, sobretudo quando se deposita tanta esperança nas negociações internacionais sem pensar nas concessões que Brasil vai ser obrigado a realizar em setores estratégicos como serviços, proteções industriais e patentes.

Nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil consolidou suas tarifas de importação, em média, em 35 por cento, sendo que em certas linhas tarifárias, a variação pode ir de 0 a 55 por cento. Entre os produtos agrícolas, as tarifas mais altas são aplicadas para carnes, laticínios, café, cacau, chá, açúcar, flores, frutas e hortaliças, grãos, oleaginosas, bebidas fermentadas e fumo. Já no caso das tarifas realmente aplicadas, a tarifa média para produtos agrícolas é de 10,2, e para produtos não agrícolas, 10,5. Diferentemente do que é aplicado por outros membros da OMC, onde as tarifas para produtos não-agrícolas são menores que as de produtos agrícolas.

Principais produtos de exportação

Analisando-se informações do Ministério da Agricultura (MAPA), estudos da OCDE e o Plano Estratégico de Promoção de Exportações da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex, 12 produtos de interesse estratégico do Brasil podem ser identificados; são eles: complexo da soja, algodão, milho, açúcar, etanol, café, fumo, suco de laranja, carne de frango, bovina e suína. Segundo estudo do MAPA, o Brasil, nos próximos dez anos, deve ampliar a produção de diversos produtos tradicionais da sua pauta de exportação. Dentre esses, os maiores crescimentos esperados são para o algodão, o etanol e o açúcar.

As exportações brasileiras de algodão ganharam mercado com a liberalização comercial do setor têxtil, o que causou grande crescimento das exportações, principalmente para a China. Já o açúcar, no qual o Brasil detém a liderança do mercado mundial, enfrenta proteções em vários mercados, principalmente através de cotas de importação e altas tarifas. As exportações de açúcar refinado representam uma parcela menor desse total e são destinadas majoritariamente para países em desenvolvimento. Tanto a produção quanto o consumo de etanol devem apresentar forte crescimento nos próximos anos, devendo dobrar a produção até 2015, puxados pela tecnologia de carros bi combustíveis e a utilização de álcool que se está iniciando em vários países.

No caso da soja, o principal entrave às exportações brasileiras é a escalada tarifária, o que torna mercados como China e União Européia pouco abertos para produtos de maior valor agregado. Como o Brasil deve aumentar sua participação na produção mundial de soja para 35 por cento nos próximos dez anos, o governo

¹⁸ Gurgel (2005),

brasileiro está preocupado em ampliar seu mercado. Já o milho deve apresentar um crescimento anual de 3,9 por cento ao ano no mesmo período, o que gerará 2,8 milhões de toneladas disponíveis para o mercado externo.

O café, outro produto no qual o Brasil é o principal exportador, enfrenta escalada tarifária nos principais mercados, sendo facilitado apenas às exportações do produto em grão. Café torrado e o solúvel são altamente taxados no mercado europeu.

A produção de frango deve continuar o dinamismo que a marcou os últimos anos, além do forte ritmo de exportações de cortes congelados. Embora bem aceito em outros mercados, os Estados Unidos proíbem a importação do produto brasileiro sobre alegação de contaminação por Doença de Newcastle.

Assim como o frango, a produção de carne bovina deve continuar a crescer com robustez na próxima década. No entanto, o principal problema enfrentado pelas exportações de carne bovina brasileira são as barreiras sanitárias impostas por vários países, principalmente após a eclosão de casos de febre aftosa ocorrida recentemente. A carne suína sofre os mesmos tipos de barreiras, e tem a sua exportação concentrada no mercado russo.

Fumo é uma das commodities exportadas pelo Brasil que pagam as mais altas tarifas para entrar nos mercados europeu e norte-americano, os seus principais compradores.

O suco de laranja tem acesso facilitado nos principais mercados, com exceção dos Estados Unidos, que limitam as importações por meio de altas tarifas para proteger os seus produtores da Flórida.

Apesar de ser relativamente nova na pauta de exportações do Brasil, a banana apresenta um grande potencial, com o Brasil sendo o maior produtor mundial desde 2001. O principal entrave ao aumento das exportações brasileiras de banana é a sua estrutura de produção, dominada por pequenas propriedades familiares. A falta de logística adequada para transporte e comercialização são outros fatores que limitam as exportações do produto.

Outros produtos de interesse estratégico para o setor exportador do agronegócio, e os produtos sensíveis.

Como meio de diversificar sua pauta de exportações de alimentos, o Brasil incluiu uma série de produtos em seu Plano Estratégico de Exportações, com destaques para os de maior valor agregado. Dentre estes estão massas, chocolates, rações, vinhos, cachaça, sêmen bovino e cafés especiais e torrados. Outros produtos estratégicos são: sisal, mel, produtos orgânicos, camarão criado em cativeiro, peixe, frutas e flores. Os mercados alvos dessa iniciativa são Estados Unidos, Europa e Ásia, mercados com maior nível de renda.

Para proteger produtos considerados sensíveis, o país tem adotado várias medidas, dentre elas medidas antidumping, salvaguardas e barreiras sanitárias. Os produtos

englobados nessa categoria são farinha de trigo, leite em pó, arroz, cebola, alho, pêssego em lata, batata, cocos secos, cogumelos, milho de pipoca e mel.

Medidas antidumping são particularmente usadas no caso do leite em pó, alho e cogumelo. Os demais produtos considerados sensíveis são protegidos através de barreiras sanitárias e técnicas, que geralmente gera atritos com os seus parceiros comerciais.

Negociações internacionais: casos de sucesso e negociações pendentes.

A criação da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, dentro do âmbito do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, e o Ministério de Relações Exteriores tem facilitado e fortalecido substancialmente as negociações do Brasil perante OMC e brindado maior continuidade, seguimento e representação do país ante os organismos consultivos que regem as normas sanitárias e fitossanitárias no âmbito internacional, como são a Organização internacional de saúde animal (OIE) e o Comitê internacional de proteção vegetal (CIPV). Esta secretaria tem providenciado para o Brasil uma negociação estreitamente vinculada às demandas e interesses do agronegócio Brasileiro. Também possibilitou a solução de uma controvérsia de maneira favorável para o país ante a OMC. Trata-se do caso dos subsídios ao algodão por parte dos Estados Unidos e o caso do frango com a União Européia.

De 2001 a 2006, assistimos aos esforços da diplomacia brasileira em deslançar acordos multilaterais, regionais e bilaterais que garantissem maior acesso aos produtos agrícolas brasileiros. Seguem os principais:

UE - Mercosul

As negociações para um Tratado de Livre Comércio – TLC entre os dois blocos estendeu-se durante toda a década de 1990 e além. Em 2004, porém, encerrou-se o prazo para assinatura de um acordo. O principal entrave foi a demanda do Mercosul de maior acesso ao mercado agrícola europeu. Os europeus alegaram que as ofertas de acesso a produtos manufaturados e investimentos eram insuficientes e que suas ofertas já estavam no limite. Em 2006, as partes expressaram sua vontade de retornar às negociações, mas sem propostas concretas.

Brasil – ALCA

As negociações para a formulação da ALCA duraram de dezembro de 1994 a 2003, quando as negociações foram finalmente paralisadas pela falta de propostas concretas das partes. Os temas mais sensíveis, como propriedade intelectual, compras governamentais e subsídios agrícolas, foram delegados às negociações multilaterais da OMC, esvaziando-se a agenda de negociações e o interesse das partes no alcance de um acordo significativo.

Mercosul

A maioria das salvaguardas e entraves para a concretização da União Aduaneira não se encontraram no setor agrícola, e sim no setor automobilístico e

eletrodomésticos. A adesão da Venezuela ao Mercosul como Membro Integral do Bloco representou a principal mudança ocorrida no período, beneficiando os membros menores, Paraguai e Uruguai, devido ao maior equilíbrio político e econômico. A agricultura brasileira também ganhou com a entrada do novo membro, devido a seu considerável mercado.

Mercosul – Comunidade Andina

Frente ao flagrante fracasso da ALCA, a diplomacia brasileira, também em reação ao avanço dos acordos bilaterais de livre comércio entre os EUA e demais países da região, propôs a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações e a concretização do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a CAN. Essa iniciativa tinha sido paralisada em 1998 e foi retomada em 2003.

Em 2004 foi firmado um complexo acordo, com regras de origens e prazos diferenciados para as economias menores. Se comparados os compromissos firmados com o Mercosul aos firmados com os EUA (Peru e Colômbia), encontramos uma ampla desvantagem para o Mercosul.

Brasil – China

O comércio agrícola entre os dois países nos últimos anos foi favorecido por acordos fitossanitários que permitiram aos frigoríficos do país exportarem diretamente para a China continental, além do constante crescimento das exportações do complexo da soja, algodão, fumo e açúcar.

Organização Mundial do Comércio (OMC)

Negociações Multilaterais

A Rodada de Doha, também conhecida como Rodada do Desenvolvimento, foi iniciada em 2001 e paralisada em julho de 2006. A posição de liderança brasileira foi amplamente reconhecida, com a criação do G-20, principal interlocutor dos países em desenvolvimento nas negociações, aumentando seu poder de barganha.

Os entraves às negociações foram os mesmos encontrados nas negociações regionais com os países desenvolvidos. Falta de acesso aos mercados agrícolas dos países desenvolvidos e ofertas modestas de acesso a mercados para produtos manufaturados e agrícolas por parte de importantes países em desenvolvimento, como a Índia, impossibilitaram a evolução das negociações, sem sequer serem discutidos outros temas sensíveis, como compras governamentais, investimentos externos e propriedade intelectual.

Mecanismo de Solução de Controvérsias

O Brasil usou de forma exemplar esse mecanismo para coibir alguns subsídios ilegais dos países desenvolvidos, ganhando os principais painéis por ele abertos. Em um cenário de falta de acordo para aprofundamento das negociações, esse

resta como um dos últimos recursos para os países membros influenciarem as políticas comerciais e produtivas destorcidas de seus parceiros.

3.5 SANIDADE AGROPECUÁRIA E INOCUIDADE DE ALIMENTOS

O país tem sofrido graves conseqüências na área de Sanidade Animal e Vegetal e na Inocuidade de Alimentos. Vale destacar as medidas que o país vem mantendo para erradicar a aftosa, combater a ferrugem asiática e a Sigatoka Negra, bem como a gripe aviária e doença de Newcastle. Aqui destacamos também o embargo da União Européia ao mel brasileiro.

Aftosa

Outro grave problema de sanidade que afetara o país foi à aftosa. No ano de 2004 dois focos de febre aftosa ocorreram ao norte do país, nos estados do Pará e do Amazonas. Vários países interromperam as importações de carne procedente do Brasil, embora demorassem pouco tempo para reabrir as importações devido a que esses surtos aconteceram em áreas distantes dos principais centros produtivos do país. Em 2005, foram descobertos focos nos estados do Mato Grosso do Sul (Outubro) e no estado de Paraná (dezembro)

Os prejuízos causados pela febre aftosa, são devido às perdas diretas e aos sinais clínicos da doença com a conseqüente diminuição da produção dos rebanhos. As perdas indiretas são devido aos embargos econômicos impostos pelos países importadores e ao custo das medidas de prevenção, controle e erradicação; e a imagem negativa que causa nos países que interagem no mercado internacional.

A febre aftosa é considerada pela OIE como doença de declaração obrigatória e classificada dentro da lista A da OIE, pelo alto potencial de difusão que possui, assim como as graves conseqüências socioeconômicas que se derivam da sua aparição em um determinado país ou região. A classificação na lista A obriga aos países a comunicar a ocorrência desta doença dentro do seu território dentro das 48 horas, posteriores à sua detecção, o que possibilita alertar aos diferentes países interessados para que tomem as providências necessárias para evitar a entrada da doença nos seus territórios.

Depois de recebido o relatório do delegado da OIE do Brasil, informando de um surto de febre aftosa no estado do Mato Grosso do Sul, é suspenso o status de “zona livre de aftosa com vacinação” dos estados do Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, e Sergipe. A medida se torna efetiva a partir do dia 30 de setembro de 2005. Em 21 de outubro se suspende o status de “zona livre de aftosa com vacinação” à zona que compreende os estados do Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e o Distrito Federal capital do Brasil, devido a um informe de suspeita de aftosa no estado do Paraná.

Ainda assim, são considerados estados livres de Aftosa com vacinação os estados do Acre, junto com os municípios adjacentes no Estado do Amazonas, e os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e Rondônia.

Atualmente, muitos dos países que impuseram embargos às carnes como decorrência desta doença, retomaram os intercâmbios comerciais com o Brasil. Os impactos econômicos que tiveram os surtos de Aftosa ainda não foram avaliados em profundidade. No entanto as exportações de carnes do Brasil continuam a superar os recordes, o que consolida o país como o maior exportador de carne bovina do mundo.

No último Informe do Brasil à OIE em relação a esta doença cita-se “De acordo à pesquisa clínica e sorológica efetuada no município de Luanda, estado do Paraná o dia 18 de outubro de 2006, se comprovou a ausência de circulação viral. Baseando-se nos resultados obtidos, se consideram concluídos os trabalhos de saneamento realizados nos focos localizados nesse município”. Em consequência, foram suspensas as restrições sanitárias impostas ao estado do Paraná.

Ferrugem Asiática

A monocultura desenvolvida de forma persistente sobre o mesmo território acaba aumentando a resistência das pragas aos praguicidas existentes e desenvolvendo novas pragas para as quais não existem venenos suficientemente poderosos. A monocultura da soja gerou nematóides e outros fungos em Mato Grosso, onde já se percebe o aparecimento de áreas degradadas e abandonadas após longos períodos deste plantio.

Nos últimos anos houve o surgimento de uma nova e agressiva doença na soja: a ferrugem asiática, causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, que tem se tornado um dos mais relevantes problemas para o agronegócio dos principais países produtores de soja da América do Sul, onde se destaca o Brasil. Isso porque pode acarretar acentuadas perdas técnicas e econômicas, refletindo negativamente na rentabilidade do produtor e na própria economia local.

O Principal Impacto da Ferrugem asiática no Brasil, refletiu principalmente na diminuição da produtividade, que passou de 2.627 kg/ha para 2.511kg/ha, em termos percentuais isso representa 4,4%. A queda, que foi devida a uma grande quantidade de fatores. Embrapa estimou que a ocorrência da ferrugem asiática fosse responsável por 2,5% na queda da produtividade. Representando 1,5 milhões de toneladas ou US\$330,00 milhões.

Deve ser considerada também a perda dos agricultores, representada pelo acréscimo no custo de produção. Uma aplicação de fungicida contra ferrugem custa, em média, US\$40,00/ha. Considerando a ocorrência da ferrugem em 80% da área de soja no Brasil e uma média de duas aplicações de fungicida por hectare (embora no Mato Grosso, em algumas regiões, essa média tenha sido superior a 3 aplicações, inviabilizando a atividade), chega-se a um total de gastos pela ordem dos US\$1,42 bilhões. Se somado esse valor ao valor da perda em toneladas, chega-se ao total de US\$1,75 bilhão, que representa uma estimativa do impacto econômico da ferrugem da soja na safra 2005/2006.

Considerando os prejuízos causados à economia do Brasil, o Governo decidiu agir e já está em execução um amplo projeto de pesquisa, com a pretensão de oferecer alternativas de solução para o problema. A proposta tem alcance nacional. É financiada pela FINEP e envolve várias instituições de pesquisa. Atuam nas áreas de biotecnologia, melhoramento genético, fitopatologia e transferência de tecnologia.

Sigatoka Negra

Originário da Ilhas Fiji (no Pacífico), o fungo da Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis*) foi identificado em 1998, nos municípios amazonenses de Benjamim Constant e Tabatinga, de onde se espalhou para outros municípios do estado e para o Acre, Rondônia, Pará, Roraima e Mato Grosso. Embora inócua para o ser humano, a praga, de fácil disseminação, é economicamente devastadora.

A primeira medida que o governo federal tomou foi mediante a Portaria Nº. 150, DE 08 DE SETEMBRO DE 1998 que impediu o trânsito de plantas e partes da planta da bananeira (*musa spp*) e de plantas do gênero *heliconia* provenientes do estado do Amazonas para todo território nacional, sem a devida permissão de trânsito fundamentado em certificado fitossanitário de origem. Ampliada pela Instrução normativa nº 23, de 07 de junho de 2001 na qual se proíbe o trânsito de plantas e partes de plantas de bananeira (*Musa spp.* e seus cultivares) e de qualquer material envolto em suas folhas, bem como o uso dessas folhas de qualquer outra forma passível de disseminar o fungo, provenientes de Unidades da Federação com a presença da praga, para as demais em que a Sigatoka Negra não esteja estabelecida.

Atualmente a caracterização de área livre da Sigatoka Negra e feita conforme a instrução normativa nº 17, de 31 de maio de 2005 que aprova os Procedimentos para a Caracterização, Implantação e Manutenção da Área Livre da Sigatoka Negra e os Procedimentos para Implantação e Manutenção do Sistema de Mitigação do Risco para Sigatoka Negra – *Mycosphaerella fijiensis* (Morelet) Deighton, o estado deve cumprir várias exigências estabelecidas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), entre as quais; descrever a situação da cultura da banana (área plantada, variedades cultivadas, estimativa de produção, destino da produção, etc); apresentar, em mapa cartográfico, as rotas de trânsito de banana no estado e elaborar mapa georeferenciado, identificando áreas de produção comercial e focos de ocorrência da praga.

Hoje no Brasil são considerados como livres da Sigatoka Negra os estados do Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Goiás e Bahia. Uma vez que um Estado Brasileiro é declarado livre desta doença fica liberado o trânsito de plantas e partes de plantas de bananeira e *hilocônias* (da mesma família das bananeiras, plantas ornamentais consideradas flores tropicais e exportadas para outros países) para qualquer estado brasileiro, sem maiores restrições.

Gripe Aviária e Newcastle

A avicultura brasileira se traduziu em atividade de grande sucesso. A utilização de sistemas de planejamento, associado às novas tecnologias reflete-se no

extraordinário crescimento da atividade. A produção brasileira de frango ultrapassou a marca anual de 10 milhões de toneladas, em 2005. O Brasil ocupa a terceira posição no ranking mundial dos maiores produtores de frango, sendo superado apenas pelos Estados Unidos e a China.

A possibilidade da chegada no território nacional do vírus da influenza, por meio das aves migratórias e outras formas de introdução e disseminação devem ser consideradas como: movimentação internacional de aves de produção e de companhia, criações consorciadas de muitas espécies em um mesmo estabelecimento e o comércio de materiais genéticos, produtos e subprodutos avícolas. Os turistas provenientes de áreas infectadas pelo vírus, através de seus calçados e vestimentas também, podem funcionar como vetores mecânicos.

Devido ao risco que constitui para a avicultura brasileira, a ocorrência da Influenza Aviária (IA) de Alta Patogenicidade e a doença de Newcastle, a Coordenação de Sanidade Avícola do Departamento de Saúde Animal organizou um manual de procedimentos de atenção à suspeita e medidas de contenção de focos de Influenza Aviária e doença de Newcastle na tentativa de prover documento básico de referência às Superintendências Federais de Agricultura, Secretarias de Agricultura, órgãos de defesa sanitária animal, criadores de aves e público interessado em geral, sobre as ações a serem executadas pelo serviço oficial, como medida de prevenir ou impedir a disseminação dos agentes destas doenças no plantel avícola nacional.

Têm sido detectados vários focos da doença de Newcastle durante o ano de 2006 no país, o último no estado do Mato Grosso foi comunicado à OIE em 31 de outubro de 2006. Anteriormente, foram comunicados a OIE (12 de agosto) um foco no estado do Amazonas e outro em Rio Grande do Sul (5 de julho). Em Todos esses casos os focos têm sido satisfatoriamente contidos e os seus impactos econômicos minimizados.

O Programa Nacional de Sanidade Avícola “PNSA” se sustenta na seguinte legislação:

Portaria Ministerial nº 193, de 19 de setembro de 1994.

- Institui o Programa Nacional de Sanidade Avícola e cria o Comitê Consultivo do PNSA.

Portaria SDA nº 182, de 08 de novembro de 1994.

- Aprova as normas de credenciamento e monitoramento de laboratórios de diagnóstico da doença de Newcastle.

Portaria SDA nº 126/95, de 03 de outubro de 1995.

- Aprova as normas de credenciamento e monitoramento de laboratórios de diagnóstico das salmoneloses aviárias.

Instrução Normativa Ministerial nº 04, de 30 de dezembro de 1998.

- Aprova as normas de registro e fiscalização dos estabelecimentos avícolas.

Instrução Normativa SDA nº 13, de 29 de junho de 1999.

- Aprova as Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos ou Estabelecimento Avícola livres das Micoplasmoses Aviárias (*Mycoplasma gallisepticum*, *Mycoplasma synoviae*, *Mycoplasma melleagridis* e *Mycoplasma iowa*).

Instrução Normativa SDA nº 14, de 29 de junho de 1999.

- Aprova as Normas Técnicas para Importação e Exportação de Aves de um dia e Ovos Férteis para incubação, destinados à reprodução.

Instrução Normativa SDA nº 32, de 13 de maio de 2002.

- Aprova as Normas Técnicas de vigilância para a doença de Newcastle e Influenza Aviária, e de controle e erradicação para a doença de Newcastle.

Instrução Normativa SDA nº 78, de 03 de novembro de 2003.

- Aprova as Normas Técnicas para Controle e Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas, como livres de *Salmonella gallinarum* e de *Salmonella pullorum* e livres ou controlados para *Salmonella enteritidis* e *Salmonella typhimurium*.

Instrução Normativa Conjunta SDA SARC nº 2, de 21 de fevereiro de 2003.

- Aprova o Regulamento Técnico para Registro, Fiscalização e Controle Sanitário dos Estabelecimentos de Incubação, de Criação e Alojamento de Ratitas.

Instrução Normativa SDA nº 17, de 7 de abril de 2006.

- Aprova, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle em todo o território nacional.

Mel

Em 2005, a exportação do mel brasileiro atingiu 14,4 mil toneladas, gerando uma receita de US\$ 18,9 milhões para o País. Em torno de 80% das exportações foi para a União Européia (11,1 mil toneladas e US\$ 14,4 milhões), sendo a Alemanha o principal importador (6,2 mil toneladas e US\$ 8,1 milhões). Os principais estados brasileiros exportadores foram São Paulo (US\$ 7,72 milhões), Ceará (US\$ 3,4 milhões), Piauí (US\$ 3,05 milhões) e Santa Catarina (US\$ 2,93 milhões).

A União Européia embargou no dia 17 de março de 2006, a importação de mel Brasileira, alegando ausência no controle de resíduos no produto.

Os técnicos do Ministério levaram um mês até concluir um plano de ação que está sendo negociado com a UE. A proposta brasileira prevê a coleta de amostras anuais para cada grupo de antibióticos e outras substâncias químicas que terão monitoramento recomendado pela União Européia. As análises serão feitas em oito laboratórios, quatro da rede oficial e quatro privados.

Um mês antes da decretação do embargo, o Ministério havia incluído o mel no PNCR. O controle adotado no Brasil segue os parâmetros do Codex Alimentarius, um fórum internacional de normalização de alimentos, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo ele, outros 90 países que exportam para a União Européia também adotam as referências do fórum.

A pesar do embargo imposto pelos Europeus, o incremento das vendas brasileiras para os Estados Unidos resultou num crescimento de 37% nas exportações. De janeiro a setembro, os norte-americanos compraram US\$ 11,87 milhões, 262,7% a mais que em 2005. E, com base nos dados de setembro de 2006, é possível identificar uma tendência ainda de alta nos negócios, já que a exportação para os Estados Unidos registrou aumento de 380% em relação a setembro de 2005, atingindo US\$ 2,88 milhões.

3.6 INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA.

No Brasil até 1970, só era possível plantar soja no Sul, por ser um cultivo de climas temperados e subtropicais. A tecnologia cumpriu um papel determinante no progresso do agronegócio no Brasil, com particular ênfase no caso da soja, permitindo que este produto se espalhe atualmente ao longo de estados da região Norte e Nordeste do país.

O Governo Brasileiro interessado na expansão da produção da soja criou em 1975, o Centro Nacional de Pesquisa de Soja, hoje Embrapa Soja que patrocinaria a instituição do Programa Nacional de Pesquisa de Soja, cujo propósito foi o de integrar e potencializar os isolados esforços de pesquisa espalhados pelo Sul e Sudeste.

Em pouco tempo, os cientistas da Embrapa Soja não só criaram tecnologias específicas para as condições de solo e clima do País, como conseguiram criar a primeira *cultivar* genuinamente brasileira, desenvolvendo *germoplasma* adaptado às condições tropicais e viabilizando o seu cultivo em qualquer ponto do território nacional. Isto permitiu que a soja produzisse em regiões tropicais (Cerrados), onde antes a planta não se desenvolvia. (Sanchez Roessing, 2005).

Além dos cultivares de soja, a EMBRAPA Soja (2004 a) também desenvolveu as seguintes tecnologias:

- Técnicas de manejo integrado de invasoras e de pragas que possibilitaram redução sensível na quantidade de agrotóxicos utilizados no seu controle.
- Estudos sobre a nutrição da soja que resultaram em melhores manejos da adubação e da calagem e, a seleção de estirpes eficientes de *Bradyrhizobium* spp. Enriqueceram os inoculantes, substituindo completamente a adubação nitrogenada.
- Pesquisas com micronutrientes que indicaram a necessidade de sua utilização, particularmente nos Cerrados, para obterem-se máximos rendimentos.
- Trabalho sobre manejo de solos e rotação de culturas que resultaram na substituição quase total da semeadura convencional pela direta, com reflexos positivos na sustentabilidade dos sistemas produtivos.
- O zoneamento agroclimático da cultura desenvolvido pela Embrapa Soja que permitiu indicar as áreas mais aptas para a produção de soja no país.
- Novos cultivares que geraram sementes graúdas com alto teor de proteína, tonalidade clara do hilo e que confere boa qualidade organoléptica aos produtos de soja(QO); ausência das enzimas lipoxigenases (AL), conferindo sabor mais suave aos produtos de soja; teor reduzido do inibidor de tripsina Kunitz (KR), o que permite a redução de tratamento térmico e dos custos de processamento; e tamanho, coloração e textura de semente ideais para a produção de “natto”(PN-alimento fermentado japonês).
- Mais recentemente, diversas instituições vêm dedicando parcela considerável das suas atividades ao desenvolvimento de cultivares geneticamente modificado para tolerância a herbicidas pós-emergentes. Embora já estejam registradas no MAPA 41 cultivares tolerantes ao glyphosate, denominadas “Roundup Ready”(RR), tal registro é de caráter provisório, não as credenciando à produção e comercialização, dado o impedimento legal de uso de organismos geneticamente modificados no Brasil

O tripé formado por sementes de soja rr (transgênicas), mais plantio direto e uso de glifosato vêm sendo apresentado como a mais nova das inovações tecnológicas do século XXI na agricultura. Existem, no entanto, grandes dúvidas sobre os efeitos ambientais do uso das sementes transgênicas e questões pendentes de solução no que diz respeito ao impacto das mesmas nos custos de produção e na rentabilidade dos produtores.

Essa diminuição dos custos seria dada pela possibilidade de que a planta uma vez crescida deverá receber o glifosato, o que permite substituir os pesticidas pós emergentes e pós plantio por uma aplicação única de Roundup. Isto viabiliza também a utilização no plantio direto, já que não se aplica o pesticida pós emergente, reduzindo significativamente o trabalho de preparo e aração da terra. A princípio, portanto, haveria uma diminuição de uso de agrotóxicos (de duas para uma aplicação) e do custo de arar a terra.

Por outro lado, ao se comparar os herbicidas usados nas produções de soja transgênica e convencional, verifica-se uma situação ambígua: aparentemente apresentam maiores riscos de danos os agrotóxicos usados na soja convencional (fitotoxicidade), podendo afetar a produtividade.

Estes argumentos são questionados pelos ambientalistas, que dizem que a produtividade da soja rr começa a cair a partir do quarto ano de uso dessa tecnologia e que os custos também começariam a crescer anulando totalmente os ganhos obtidos nos primeiros anos. Um dos motivos estaria no pagamento dos royalties a Monsanto pelo uso das sementes. Roesling e Lazzaroto (2005) fornecem dados de pesquisa de campo em alguns municípios típicos da atividade de cultura da soja que podem ajudar a clarificar essa questão. Comparando-se o custo variável por hectare da soja geneticamente modificada, no curto prazo, em relação ao da convencional, Roesling e Lazarotto (op cit) verificaram que ele tende a ser menor, com variações de -6,46%, em Palmeira das Missões, até 2,84%, em Sinop. O custo variável da soja transgênica de médio prazo, em comparação com o convencional, na maior parte dos municípios estudados, também tendeu a ser menor, registrando-se diferenças que variaram entre -5,95%, em Palmeira das Missões, e 3,61%, em Sinop. A soja transgênica de médio prazo tenderia a propiciar melhores retornos na maior parte dos municípios estudados pelos autores citados. Na média ponderada do País, a renda líquida da produção transgênica teria sido aproximadamente de 6,1% maior (US\$194,8/há. contra US\$183,6/há. ou US\$4,0/sc contra US\$3,8/sc).

Com base nos resultados econômicos, que podem ser obtidos nas produções de soja geneticamente modificada e convencional, os autores citados fazem as seguintes observações:

a) as estimativas demonstram que a adoção da soja transgênica pode trazer resultados econômicos distintos para as diversas regiões do Brasil. Além disso, apesar da soja geneticamente modificada, de modo geral, apresentar custo total ligeiramente menor, quando comparados os custos e a renda líquida decorrente das produções transgênica e convencional, estimou-se que não existem grandes diferenças entre esses dois tipos de produção de soja no Brasil;

b) as pequenas diferenças nos custos e na renda líquida, entre os dois tipos de produção citados, especialmente no médio prazo, ocorrem em virtude do pagamento da taxa tecnológica e da utilização de duas aplicações de herbicidas pós-emergentes na maior parte dos sistemas de produção de soja do País;

c) as despesas com herbicidas pós-emergentes são menores na produção transgênica pois, considerando o plantio de soja geneticamente modificada, na média ponderada brasileira, a redução no custo desses defensivos ficou estimada em 64,1% .

Além dos fatores técnicos, têm entrado no debate, fatores de ordem política e econômica. Uma das principais críticas políticas à liberação dos transgênicos refere-se ao fortalecimento do monopólio da Monsanto no Brasil. Segundo a Greenpace (2003) esta empresa começou a penetrar o mercado de agrotóxicos no Brasil nos

anos 50, e começou a sintetizar agrotóxicos no País duas décadas mais tarde. Em meados dos anos 90, a empresa se estendeu para o ramo de sementes através da aquisição de unidades de pesquisa e de processamento de soja, milho, sorgo e girassol de várias empresas brasileiras (por exemplo, a Agrocere e a FT/Monsoy) e norte-americanas (Cargill, DeKalb e Asgrow). A aquisição da Agrocere, da Cargill e da Braskalb deu à Monsanto uma participação de 60% no mercado brasileiro de sementes de milho híbrido em 1999.

Este espaço vem se ampliando em função do contrato de parceria firmado com a EMBRAPA em 2005 que permite a esta empresa incorporar ao seu produto a tolerância ao herbicida Roundup, da Monsanto. Produto desta situação, segundo a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), a Monsanto aumentará para R\$ 0,88 por quilo de semente transgênica, a título de royalties e pretende instituir uma taxa adicional por saca de grão produzida com sementes geneticamente modificadas. Com esse acréscimo, a cobrança aos produtores poderia chegar a R\$ 1,20 por saca., ou seja o dobro da safra passada quando pagaram R\$ 0,60 por saca produzida com sementes transgênicas.

No entanto e apesar dos protestos de certos setores, o Governo legalizou o plantio de soja no Brasil através do Decreto nº. 5.591, publicado no dia 23 de novembro de 2005 no Diário Oficial da União. Com isso, o governo brasileiro afirma ter institucionalizado normas de segurança e fiscalização para a pesquisa, cultivo e comercialização de organismos transgênicos e reestruturado a CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – chegando ao final de um dos seus mais polêmicos conflitos políticos.

Tem sido grande o interesse de amplo número de agricultores brasileiros em adotar essa moderna tecnologia. A Fundação Mato Grosso Visionário estima que pelo menos 500 mil hectares foram plantadas em 2005/2006, o equivalente a cerca de 10% da área total com a soja transgênica .

Esse interesse deve-se, em muito, às possibilidades vislumbradas pelos produtores em obter duas importantes vantagens adicionais em relação à produção convencional: maior facilidade na condução do sistema produtivo, especialmente no controle de plantas daninhas, e ganhos econômicos na produção.

Desenvolvimento recente dos biocombustíveis e da agroenergia como forma sustentável de produzir energia

Diversos estudos que apontam o esgotamento das fontes de energia fóssil para os próximos 40 ou 50 anos, destacando a necessidade de buscar outras fontes alternativas. Por outro lado, os constantes conflitos políticos envolvendo os países do Oriente Médio, onde estão localizadas quase 80% das reservas comprovadas de petróleo no mundo, conferem instabilidade ao suprimento e aos preços do combustível, incentivando várias nações a reduzirem a dependência em relação às importações do produto. Além destas questões, a crescente preocupação com o meio ambiente e, em particular, com as mudanças climáticas globais, coloca em xeque a própria sustentabilidade do atual padrão de consumo energético.

A agroenergia concentra-se em cinco grandes grupos: florestas, biogás, biodiesel, etanol e resíduos. Das florestas energéticas há diferentes formas de obtenção de energia, como lenha, carvão, briquetes, finos e licor negro. O biogás é originário da digestão anaeróbica da matéria orgânica. O biodiesel pode ser obtido de óleos vegetais, gorduras animais ou resíduos da agroindústria. O etanol, embora possa ser obtido de outras fontes, é integralmente retirado da cana-de-açúcar. E os resíduos, tanto da produção agropecuária, quanto da agroindústria, bem como os dejetos desse processo, podem ser convertidos para diferentes formas secundárias de energia, como briquetes, gás, biodiesel, carvão.

O Brasil é o maior produtor mundial de etanol, utilizando a cana-de-açúcar como matéria-prima.¹⁹ Na safra 04/05 colheu 383 milhões de toneladas de cana, onde metade foi destinada para a produção de álcool (15,3 bilhões de litros). Nos últimos anos o país apresentou crescimento na produção de cana, que tem avançado sobre a área de outras culturas (laranja, soja, milho) e, principalmente, sobre as áreas de pecuária extensiva. A produção e o consumo de etanol também apresentaram tendência de crescimento, sobretudo a partir de 2001, com o aumento da porcentagem de mistura do álcool na gasolina para 25% e das vendas de veículos flexíveis, que atingiram 491 mil unidades até agosto de 2005. Atualmente, são 70 mil agricultores em todo o Brasil e 393 usinas, distribuídas, principalmente, nas regiões Centro-Sul (responsável por 89% da produção de etanol) e Norte-Nordeste (com os 11% restantes). A região Centro-Sul, que tem São Paulo como maior Estado produtor, é a que apresenta a maior produtividade agrícola, industrial e os menores custos de produção e de logística, está mais próxima do mercado consumidor, dos centros de pesquisa e da indústria de máquinas e equipamentos para o setor. Já as usinas e destilarias da região Norte-Nordeste, que exportam a maior parte da produção, têm encontrado dificuldades em se adaptar às novas condições técnicas impostas pela desregulamentação do setor, apresentando custos de produção mais elevados contando, ainda, com subsídios do governo para a comercialização do produto. No caso do biodiesel, trata-se de um agroenergético ainda em estágio embrionário no Brasil, sendo que apenas quatro unidades industriais estão em funcionamento, produzindo 108 mil litros a partir da mamona e da palma (dendê). Vários estudos de viabilidade técnica estão em andamento no país, afim de descobrir quais são as oleaginosas mais eficientes para a produção em larga escala. Estima-se que, quando a lei federal exigindo 2% de mistura de biodiesel no óleo de petróleo começar a vigorar em 2008, a demanda seja de 800 milhões de litros/ano. Além disso, outros projetos de construção de indústrias esperam aprovação na ANP (Agência Nacional do Petróleo) para iniciarem suas atividades produtivas.

Em relação aos cenários futuros as estimativas dão conta de que o consumo o suprimento da demanda de etanol gerada pelo aumento nas vendas de veículos flexíveis, que devem atingir 6,32 milhões de unidades em 2010, mais a adição de 25% de álcool anidro na gasolina, o que pode gerar uma demanda interna de 20 bilhões de litros de etanol em 2010. A produção doméstica deve ser de 23 bilhões de litros e a de cana-de-açúcar deve alcançar 519 milhões de toneladas, o que representa um acréscimo de 2 milhões de hectares no plantio (UNICA, 2005 e

¹⁹ MAPA/IICA (2006)

MAPA, 2005). No caso do biodiesel, o Ministério da Agricultura e Pecuária estima uma demanda de 860 milhões de litros em 2010 e de 2,5 bilhões de litros em 2015. Até este período, toda a produção do país deve ser consumida internamente, abrindo possibilidades de exportação apenas a partir de 2015. A produção em 2020 está prevista em 20 bilhões de litros e para o ano de 2030 em 60 bilhões de litros.

Segundo o estudo citado anteriormente, do ponto de vista do mercado interno e externo de etanol, o sucesso do setor depende dos seguintes fatores: a) da garantia de oferta constante, estável e de boa qualidade, para que os consumidores de veículos flexíveis elejam o álcool efetivamente como combustível; b) da relação de preços entre o álcool e os combustíveis substitutos, como a gasolina e o gás natural, sendo que este último pode constituir-se numa grande ameaça quando os veículos multicomcombustíveis forem lançados; c) da resolução das questões relativas à concentração territorial da produção e à exclusão de pequenos e médios fornecedores de cana e de trabalhadores agrícolas, em função da elevada integração vertical na cadeia e da mecanização da colheita de cana; d) da resolução de questões de infra-estrutura logística, ligadas à capacidade de armazenamento nas usinas; recepção, descarga, tancagem e de bombeamento do álcool nos portos, além dos gargalos relacionados ao transporte do produto; e) da redução das cotas e tarifas de importação, principalmente nos Estados Unidos e na União Européia; f) dos subsídios concedidos por pelos governos destes países aos produtores locais e, g) da velocidade na qual os países colocarão em prática os programas de uso do álcool, já aprovados, e da capacidade e disposição destes países em produzir o biocombustível. No caso do biodiesel, o atual nível de produção constitui um grande desafio para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biocombustível, ou seja, a mistura B2 no óleo de petróleo a partir de 2008 e de 5% a partir de 2013. Por outro lado, a competitividade do biodiesel brasileiro está comprometida pelos elevados custos de produção, tendo em vista que a tecnologia no processamento ainda é imatura, as práticas e tecnologias de manejo da maioria das oleaginosas utilizadas são inadequadas, tornando a produção de biodiesel pouco competitiva.

3.7 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A idéia de uma ‘agricultura sustentável’ revela, antes de tudo, uma insatisfação com o *status quo* da agricultura moderna. Insatisfação que surge em meados dos anos 1970, de uma crescente preocupação com a salubridade alimentar e com os impactos ambientais decorrentes dos sistemas produtivos.

Foi nesse contexto que se multiplicaram os entusiastas dos métodos ‘orgânico’, ‘biodinâmico’, ‘biológico’ e ‘natural’ de produção alimentar. Quando começaram a ganhar certa visibilidade, foram alvo de insidiosa campanha de descrédito, lançada por uma coalizão de interesses do ‘agronegócio’ e do sistema de pesquisa agropecuária (mesmo que em ambientes um pouco mais arejados, como o acadêmico, os ‘alternativos’ tenham sido considerados apenas ‘folclóricos’).

Em tais circunstâncias, a mudança de rumo ditada por preocupações ambientais só se legitimará se puder simultaneamente impulsionar o empreendedorismo, isto é, se a precaução ecológica puder alavancar o crescimento, em vez de restringi-lo.

O desafio está, portanto, em conciliar sistemas produtivos que, simultaneamente, conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar. Duas políticas merecem especial atenção na promoção do desenvolvimento rural sustentável no país, como o uso racional de agrotóxicos e da água na agricultura.

Não é de se espantar que em torno dos agrotóxicos se desenvolvam as mais aceras polêmicas. Os gastos mundiais neste segmento passaram de US\$ 20 bilhões em 1983 para US\$ 34,1 bilhões em 1998. Neste período, foi na América Latina que mais cresceram as vendas; só no Brasil, entre 1964 e 1991, o consumo de agrotóxicos aumentou 276,2%, frente a um aumento de 76% da área plantada. Mas foi na última década do século que o consumo disparou: em 1990 as vendas de inseticidas, acaricidas, fungicidas e herbicidas no mercado interno eram de 1,0 bilhão de dólares; em 1997, o total das vendas dobrou e 2,18 bilhões de dólares foram comercializados. Além dos desequilíbrios ecológicos, o uso abusivo de agrotóxicos provoca a contaminação dos alimentos, dos recursos hídricos, dos solos, dos trabalhadores rurais e das cadeias alimentares.

Um manejo adequado do agroecossistema pode reduzir radicalmente a incidência de pragas e de doenças nas lavouras. Mas quando as medidas “curativas” se fazem necessárias, já se dispõe de um conjunto de práticas que permitem reduzir ou eliminar o uso de agrotóxicos. Dentre estas, destacam-se o controle biológico e o manejo integrado de pragas. Existem ainda, alternativas menos disseminadas, como o uso de produtos “caseiros” de baixa toxicidade, o emprego de armadilhas para insetos e, na horticultura, a utilização de plantas alelopáticas.

As técnicas de controle biológico visam favorecer o aumento das populações de inimigos naturais das pragas, aproveitando-se dos limites de tolerância das plantas. Já se dispõe de alternativas comprovadamente eficazes para o controle de pragas das principais lavouras do Sul e do Sudeste, a maioria delas desenvolvidas por centros da EMBRAPA. Um ponto polêmico é a possível dependência dos agricultores perante as empresas “produtoras” de inimigos naturais, repetindo o que já ocorre com os agrotóxicos. Para reduzir essa dependência, uma alternativa é propiciar as condições para o desenvolvimento dos inimigos naturais no próprio agroecossistema, ou seja, conservar parte da vegetação nativa e banir o uso de agrotóxicos.

Além do estímulo ao controle biológico, cresce no Brasil o manejo integrado de pragas, ou MIP. Trata-se de uma prática que combina métodos químicos, físicos e biológicos para reduzir populações de pragas e minimizar seus danos econômicos. O que se propõe é um rígido acompanhamento da lavoura a fim de determinar o momento a partir do qual os agrotóxicos devem ser aplicados. Desta forma, diminui-se o número de produtos e de aplicações. Apesar das vantagens econômicas e ambientais, o MIP é condenado por muitos defensores de um padrão mais sustentável, pois não elimina totalmente o uso de agrotóxicos nem interfere nas causas das doenças e dos ataques de pragas.

No Brasil, em cerca de 60% das terras irrigadas utilizam o método da irrigação por superfície, reconhecido pela baixa eficiência na aplicação da água. Além disso, são comuns os vazamentos de água nas tubulações e nos canais de alimentação e de distribuição de água nos projetos de irrigação.

Apesar da cobrança pelo uso da água no Brasil estar em fase de implementação, a regulamentação para a cobrança pelo recurso utilizado para irrigação em agricultura só começará a ser feita em 2010.

Os recursos gerados com a cobrança poderão viabilizar projetos, serviços e obras que promovam a conservação e uso sustentável das importantes regiões produtoras de água, sendo que a cobrança permite uma sensível redução do consumo de água na agricultura.

4. RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA NACIONAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL DURANTE 2006

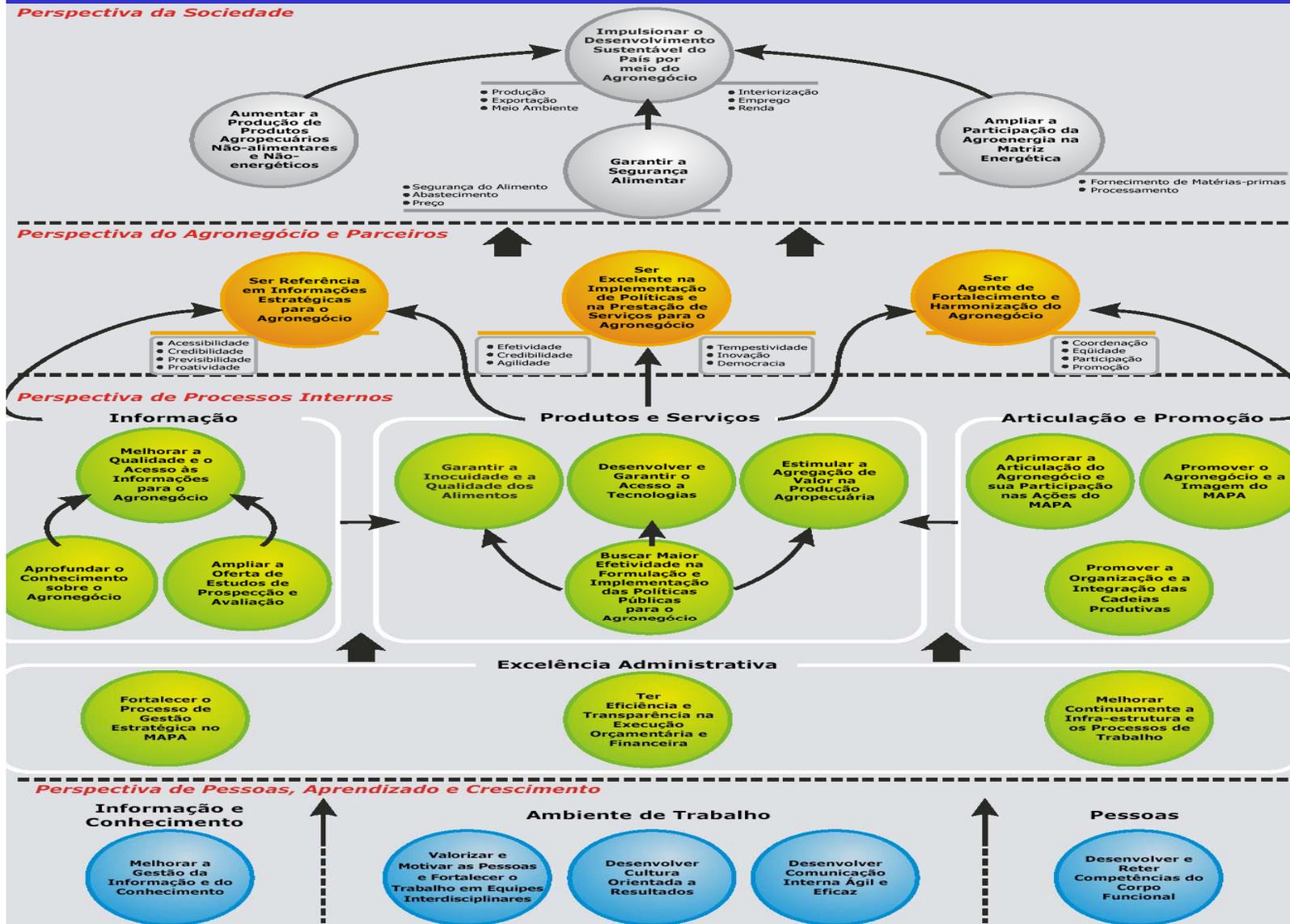
a. CONTRIBUIÇÃO DO IICA AO REPOSICIONAMENTO DA AGRICULTURA E DA VIDA RURAL

Com o objetivo principal de ampliar a contribuição do Mapa para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, o IICA vem implementando um projeto de cooperação técnica junto àquele Ministério para o aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégica e operacional e educação corporativa, a partir da análise e redesenho dos processos de planejamento estratégico, gestão do conhecimento e capacitação.

Destaca-se que no âmbito deste Projeto, o Ministério da Agricultura, construiu seu Mapa Estratégico, conforme demonstrado a seguir, e que baseará sua atuação nos próximos anos

Cabe também ressaltar o apoio dado pelo IICA ao MAPA na formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de estudos e diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira
 Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio



b. PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E A COMPETITIVIDADE DOS AGRONEGÓCIOS

Destaca-se o apoio do IICA ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no desenho e implantação do sistema informatizado de gerenciamento, incluindo a operacionalização, fiscalização e pagamento para o programa de subvenção federal ao prêmio do seguro rural no Brasil, em conformidade com a legislação local.

O IICA também tem prestado sua cooperação técnica no processo de consolidação do Plano Estratégico da Coordenação de Apoio às Câmaras Setoriais (CGAC) e o apoio para a formulação e acompanhamento da agenda de trabalho das câmaras setoriais e temáticas do Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro) e do próprio MAPA.

Com o objetivo de construir um “Nó” do Agronegócio capaz de irradiar conhecimento e facilitar a cooperação horizontal, o IICA tem atuado no sentido de sistematizar contribuições técnicas relevantes, experiências brasileiras bem-sucedidas, políticas que fortalecem o agronegócio e a agricultura familiar, modalidades de financiamento e avanços relevantes nos programas de agroenergia e biocombustíveis, todos a partir de fontes tradicionais e alternativas de pesquisa, que promovam a dinamização do agronegócio.

A produção de informações relevantes sobre o agronegócio representa outro importante vetor da atuação do IICA junto ao Ministério da Agricultura, que passou a contar com informações atualizadas sobre oportunidades e desafios resultantes da liberalização comercial do Agronegócio Brasileiro, consolidadas no documento “Estado da Arte do Agronegócio Brasileiro” que inclui avaliações do desempenho da Agricultura familiar e tendências.

c. PROMOÇÃO DA SANIDADE AGROPECUÁRIA E DA INOCUIDADE DE ALIMENTOS (SAIA)

A sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos é uma das áreas de maior importância para o governo, como base para manter os sempre positivos balanços comerciais do setor agropecuário dos últimos anos para o País. Os programas nacionais e estaduais nessa área contam com o apoio do IICA na elaboração e na implantação de programas estratégicos de cooperação para erradicação e controle das principais pragas e doenças, assim como na modernização e contínua adaptação das estruturas existentes às novas demandas decorrentes do protagonismo e da importância do Brasil no mercado agroexportador mundial.

A participação do IICA inclui a realização de seminários e de eventos sobre sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos, além de colaborar com a capacitação de técnicos do setor e a coordenação de oficinas de trabalho, para o desenvolvimento de programas e planos, baseados em metodologias participativas.

Nesse sentido o Ministério da Agricultura tem contado com a cooperação do IICA para o fortalecimento e reposicionamento institucional da Secretaria de Defesa Agropecuária no contexto das atividades de gestão estratégica do Ministério,

mediante iniciativas e projetos orientados a fortalecer e aparelhar as áreas específicas da SDA, para o atendimento com prontidão das demandas da sociedade.

Mais especificamente, o IICA tem atuado nas ações de cooperação técnica:

- Assistência técnica e coordenação de oficinas para o Desenvolvimento do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, em contribuição ao MAPA;
- Assistência técnica e Realização de oficinas para elaboração do Plano Diretor da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA/MAPA;
- Capacitação de técnicos do MAPA e de outras instituições sobre a aplicação e utilização do Instrumento Desempenho, Visão e Estratégia - DVE da OIE/IICA e da ONPF;
- Promoção de mecanismos de transmissão das experiências em medidas sanitárias e fitossanitárias;
- Desenvolvimento de capacidades dos Laboratórios Nacionais de Referência “Lanagros”, com a viabilização da presença de especialistas canadenses no tema e programas de cooperação horizontal com a Agência Canadense de Inspeção de Alimentos.
- Assistência técnica para a elaboração de projetos dos Laboratórios Nacionais de Referência Agropecuária (Lanagros).
- Promoção da temática de Bem Estar Animal, mediante parceria com a Universidade Nacional de Brasília, viabilizando a participação de especialista internacional na temática no XXIV Encontro Anual de Etologia.

Destaca-se ainda, a participação do IICA no Comitê Executivo, na organização e na moderação da II Conferência Internacional sobre Rastreabilidade de Produtos Agropecuários e também da Conferência Hemisférica de Vigilância e Prevenção da Influenza Aviária, realizada em conjunto por IICA, OPAS, MAPA e ABEF, proporcionando, em ambos os eventos, a participação de especialistas renomados nas temáticas desenvolvidas. Os eventos citados contaram com participação do pessoal do IICA e com destacada presença internacional.

d. PROMOÇÃO DO MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE

Destaca-se, nesse contexto, a experiência regional do IICA com o tema da desertificação, ao coordenar o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul – IICA/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), envolvendo atualmente seis países, entre esses o Brasil, cuja proposta é melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pela desertificação a partir da mudança de comportamento, de tecnologias

apropriadas e de capacitação e treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

O Programa IICA/BID preconiza, entre os seus objetivos, o estabelecimento de indicadores de desertificação, acordados em âmbito regional, que representam instrumentos orientadores para ações a serem desenvolvidas na implementação do PAN-Brasil.

Além do Programa IICA/BID, a atuação do IICA no Brasil se concretiza no processo de implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil). É nesse contexto que está inserido o projeto de cooperação técnica com a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA), que tem como objetivo contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), mediante a consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação (PAEs).

O IICA tem focado sua atuação nessa temática, no que diz respeito ao fortalecimento da capacidade técnica, institucional e gerencial das entidades nacionais responsáveis pela formulação, execução e avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos no tema de gestão integrada de recursos naturais e desenvolvimento regional. Nesse sentido a atuação do IICA tem permitido aos Governos federal e estaduais contar com instrumentos inovadores de planejamento e gestão estratégica com vistas ao aproveitamento racional dos recursos hídricos, minimização das desigualdades regionais e preservação ambiental.

Dentre as ações de cooperação técnica desenvolvidas no âmbito dessa prioridade estratégica, destacam-se as seguintes:

- Desenvolvimento de ações com o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) nos setores de recursos hídricos, agricultura irrigada, mobilização social, reassentamento e organização de usuários;
- Cooperação técnica ao Ministério da Integração Nacional na concepção e implementação de instrumentos técnicos e operacionais visando a auto-sustentação de perímetros irrigados;
- Contribuições técnicas ao BNB (Banco do Nordeste) nos setores político-institucional, de sistemas hídricos, de capacitação e de natureza sócio-econômica para a promoção do desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil;
- Suporte técnico ao IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais) para a criação e implementação de um modelo de gestão de tecnologias ambientalmente saudáveis (TAS);
- Apoio institucional ao CIFOR (Centro Internacional para Pesquisa Florestal), com vistas à promoção da gestão sustentável de bens e serviços florestais na Amazônia; e

- Iniciativas relacionadas à consolidação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da gestão da oferta e da demanda de água para usos múltiplos de Governos Estaduais realizadas.

Cabe destacar, que por seus relevantes serviços prestados às nações latino-americanas na conservação do solo e da água, o IICA foi agraciado pelo Instituto Hidroambiental Águas do Brasil (IHAB), com a Comenda Amigo das Águas – Ambiente Terra.

e. FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS COM UM ENFOQUE TERRITORIAL

Na perspectiva da compreensão contemporânea do Desenvolvimento Rural Sustentável, o IICA vem contribuindo para a orientação, a reflexão, formulação e implementação de novos modelos de desenvolvimento rural e territorial. Tendo em vista o esgotamento de modelos anteriores, geradores de exclusão social, de concentração de oportunidades econômicas e de agressão ambiental. Nos últimos anos, o Instituto, em sua prática de cooperação técnica, ampliou o espectro de sua atuação na formulação, adoção e aplicação e novos marcos conceituais e metodológicos. Hoje, este marco institucional, é amplamente reconhecido em vários países do continente e especialmente no Brasil.

A Representação do IICA no Brasil tem cooperado tecnicamente com o Governo brasileiro na implementação da política nacional que apóia o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza rural desde uma perspectiva territorial.

Nesse sentido, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) conta com a cooperação técnica do IICA para estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, ampliando a capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais em 109 Territórios rurais.

Merece destaque, no âmbito da cooperação técnica IICA / SDT, a realização do Salão Nacional dos Territórios Rurais que se caracterizou por ser um espaço de múltiplos eventos sobre o tema do desenvolvimento territorial, representando um momento especial de valorização dos atores sociais dos territórios. Pela primeira vez, foram reunidos em um mesmo espaço mais de 500 representantes de 109 territórios em diálogo com gestores de políticas públicas, formadores de opinião, políticos e estudiosos do desenvolvimento, instituições parceiras, entidades públicas e privadas.

Os Governos estaduais contaram em 2006 com a cooperação técnica do IICA para desenvolvimento de ações de combate à pobreza rural, onde o Instituto pratica seu modelo de identificação e tratamento de oportunidades e demandas, assim como mantém a política de organização social da população e de elaboração de projetos com a efetiva participação das comunidades beneficiárias.

Outra ação do Instituto a ser destacada foi sua atuação junto ao Ministério da Integração no sentido de promover a redução das desigualdades regionais mediante o fortalecimento da capacidade institucional do MI no que diz respeito ao processo

de formulação de políticas, aos mecanismos e instrumentos de desenvolvimento regional e à implementação de programas integrados de desenvolvimento.

Com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o IICA desenvolve, por meio do projeto de cooperação técnica com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que busca valorizar e divulgar o conceito de agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural, com a diversificação das atividades rurais e a construção de mecanismos que permitam a geração de valor à produção. Apóia também programas de capacitação de agricultores, agricultoras e jovens rurais, promovendo o fortalecimento de redes de serviço de assistência técnica e extensão rural nos estados, municípios e territórios.

O IICA no Brasil tem buscado facilitar a aprendizagem contínua em dupla via: difundindo a experiência brasileira na formulação de estratégias, políticas, programas e projetos; e recuperando melhores práticas utilizadas no desenvolvimento rural em outros países e que podem ser úteis para o Brasil.

Nesse sentido a Representação do IICA no Brasil tem promovido ações para a construção e para o desenvolvimento de capacidades sustentáveis, com destaque para o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural no Brasil, que é uma instância articuladora do trabalho nacional e difusora da experiência brasileira para o resto do continente, acelerando, assim, o intercâmbio de conhecimentos e de profissionais entre países da região nos processos de cooperação técnica horizontal.

O Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável encerrou 2006 com grandes avanços em cooperação técnica e consolidou novas parcerias para o desenvolvimento rural brasileiro.

No início do ano, o Fórum DRS ampliou sua oferta de serviços eletrônicos com o lançamento do site www.iicaforumdrs.org.br, que trouxe uma série de novas funcionalidades, como o intercâmbio, a articulação e a difusão de conhecimentos e experiências em desenvolvimento rural sustentável.

Três Jornadas do Fórum DRS foram realizadas durante 2006. Especialistas, acadêmicos e gestores públicos discutiram sobre os temas como Agricultura Familiar, Agroecologia e Políticas Públicas e o estudo “Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade: Identidade e Tipologia”, que foi conduzido por uma equipe multidisciplinar.

Em novembro, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, por intermédio do Fórum DRS, promoveram, em Brasília, o I Salão Nacional dos Territórios Rurais.

A prévia do Salão, organizada pelo Fórum DRS, trouxe representantes da Colômbia, México e Espanha que relataram as iniciativas, dos respectivos países, em desenvolvimento territorial.

O evento possibilitou a ampla divulgação de concepções capazes de inovar e transformar a realidade no Brasil rural: “ruralidade” como um conceito ampliado e atualizado de vida e trabalho no interior brasileiro; regionalidades e estratégias territoriais de desenvolvimento sustentável; fortalecimento da agricultura familiar; democracia participativa e arranjos institucionais para a gestão social do desenvolvimento.

Outro destaque de 2006, foi o lançamento do quarto e quinto volumes da Série Desenvolvimento Rural Sustentável, intitulados Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza e Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate, respectivamente.

A Série Desenvolvimento Rural Sustentável reúne artigos assinados por renomados profissionais nacionais e internacionais e tem como objetivo difundir e suscitar o intercâmbio de conhecimentos e de iniciativas bem sucedidas de desenvolvimento sustentável no meio rural, promovidos por instituições acadêmicas, governamentais e não-governamentais e organizações da sociedade em geral.

f. PROMOÇÃO DA INCORPORAÇÃO DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Essa área se reveste de grande importância para o Brasil. A inovação tecnológica é responsável pelo crescimento do País em termos de competitividade, sobretudo em época de economia globalizada. O IICA no Brasil atua no sentido de impulsionar a modernização das estruturas institucionais públicas para a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento tecnológico.

No âmbito da cooperação técnica do IICA ao MAPA destaca-se o projeto que tem por objetivo promover a modernização Institucional do MAPA, a partir do desenvolvimento de um Plano de Diretrizes para a Gestão e Modernização da Tecnologia da Informação e de um Modelo de Gestão da Segurança da Informação.

Cabe ressaltar a parceria com a Embrapa na execução do “*Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão na Pesquisa Agropecuária – Agrofuturo*”, que tem destacada importância na geração e na utilização da pesquisa agropecuária para melhorar a competitividade e a qualidade das cadeias produtivas. O projeto contribui ainda para o desenvolvimento de comunidades rurais que precisam de tecnologia de produção agropecuária, de tecnologia de agregação de valor aos seus produtos, de conhecimentos técnicos, de conservação dos recursos naturais, enfim, de estudos que atendam seus anseios e garantam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Destacam-se, ainda, os esforços do IICA como articulador da rede de pesquisa *ProciTrópicos e ProciSur*. Dessa forma, os países da região e do hemisfério se beneficiam dos projetos de pesquisa científica em curso e usufruir seus resultados.

O IICA no Brasil tem assumido um papel proativo na elaboração e implementação de um futuro Programa Hemisférico de Cooperação Técnica Horizontal em Agroenergia e Biocombustíveis, servindo como plataforma de cooperação

hemisférica, com a finalidade de aproveitar as experiências bem-sucedidas da região na produção de biocombustíveis.

5. RESULTADOS DA COOPERAÇÃO INTERAGENCIAL

a. Cooperação com ILPES – CEPAL

Destaca-se a parceria firmada entre a RIB e o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES) que vem a ser entidade especializada em planejamento econômico regional, integrante da estrutura da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

O ILPES coordenou pedagogicamente dois cursos para a capacitação de aproximadamente 100 agentes públicos e privados para a elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento regional, tanto em termos econômicos quanto sociais e políticos, transmitindo técnicas e métodos concretos de gestão, sem perder de vista o contexto da globalidade do processo de desenvolvimento nacional.

b. Cooperação com a FAO

Os Representantes do IICA e da FAO no Brasil têm buscado estreitar as relações entre os dois órgãos para que trabalhem de maneira conjunta, realizando ações concomitantes e paralelas, principalmente no que diz respeito aos assuntos de sanidade animal dos países do Conselho Agropecuário do Sul (CAS): Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai, Chile e Uruguai.

A agricultura familiar é outro assunto na pauta de IICA e FAO, onde seus representantes estiveram participando da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar - Mercosul (VI Reaf Mercosul) com representantes dos governos e da sociedade civil do Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile e Bolívia.

A Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar é um espaço de diálogo político que o Mercosul incorporou à sua arquitetura institucional em 2004, como órgão assessor do Grupo de Mercado Comum (GMC). Na Reaf, os governos e a sociedade civil trabalham conjuntamente no sentido de fortalecer políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

c. Cooperação com a OPAS

O Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) assinaram, na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), no dia 18 de setembro, um Memorando de Entendimento para renovar sua aliança estratégica. O objetivo é promover a saúde e a prosperidade nas comunidades rurais das Américas.

O Plano de Ação que o IICA e a OPAS desenvolverão nos próximos anos inclui saúde animal, saúde pública, zoonoses, inocuidade dos alimentos, coordenação e facilitação da cooperação horizontal; mecanismos de planejamento, programação, monitoramento, evolução e gestão do desempenho.

Destaca-se ainda, a realização, em outubro de 2006, do “Seminário sobre a Raiva Transmitida por Morcegos Hematófagos na Amazônia”, organizado pela OPAS, IICA e pela Organização de Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o apoio do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a realização da Conferência Hemisférica de Vigilância e Prevenção da Influenza Aviária, realizada em conjunto por IICA, OPAS, MAPA e ABEF, proporcionando, em ambos os eventos, a participação de especialistas renomados nas temáticas desenvolvidas.

d. Cooperação com o BID

No âmbito da aliança estratégica entre o IICA e o Banco Interamericano para o desenvolvimento – BID, destaca-se o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul – IICA/BID, envolvendo atualmente seis países, entre esses o Brasil, cuja proposta é melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pela desertificação a partir da mudança de comportamento, de tecnologias apropriadas e de capacitação e treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

e. Cooperação com outras organizações regionais e internacionais

Como parte da política da Representação em fortalecer o relacionamento com parceiros institucionais internacionais, e com o objetivo de trabalhar em conjunto com estes parceiros nos desafios que são comuns a ambos, a Representação do IICA no Brasil desenvolve um Programa de Intercâmbio Profissional (Staff Exchange Program) com o Banco Mundial. O intercâmbio, que começou em Agosto de 2005 envolveu a transferência de um funcionário do Banco para participar da cooperação Técnica do IICA por um período de dois anos.

A convite do Fórum Rural Mundial, membros da equipe técnica da RIB participaram em San Sebastian – Donostia no País Basco – Espanha, no período de 18 a 22 de outubro, de um conjunto de atividades promovidas pelo citado Fórum.

O evento contou com a assistência de cerca de 300 participantes, procedentes de 32 países e de inúmeras organizações regionais e internacionais, gerando um ambiente propício para futuras ações de cooperação técnica do Instituto.

6. RESULTADOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA HORIZONTAL

A equipe técnica da RIB realizou ao longo de 2006, missões de cooperação técnica horizontal, materializadas em iniciativas conjuntas de Desenvolvimento Rural com outras Representações do IICA, a seguir discriminadas:

6.1 - Reunião de Trabalho Sobre Gestão do Conhecimento entre México, Brasil e Colômbia

Local: Hotel Fazenda Galindo, Querétaro, México.

Data: 25 de março de 2006

Objetivo: Discussão de uma estratégia de colaboração com vistas à formulação e implementação de um projeto de análise e sistematização de experiências de políticas, instituições e sistemas de acompanhamento em matéria de desenvolvimento rural entre México, Brasil e Colômbia.

Desenvolvimento da Reunião:

As atividades tiveram a seguinte seqüência: (i) abertura por Gloria Abraham e apresentação dos participantes; (ii) apresentação da estratégia de gestão do conhecimento do IICA por Jim French e Sérgio Sepúlveda; (iii) *exposição do projeto de análise e sistematização de experiências de políticas, instituições e sistemas de acompanhamento em matéria de desenvolvimento rural entre México, Brasil y Colômbia*, por Rafael Echeverri; (iv) comentários e sugestões de cada um dos participantes sobre a iniciativa; (v) conclusões e definição dos procedimentos para implementação do projeto.

Resultados:

Os participantes concordaram com a iniciativa, uma vez que ela incorpore suas sugestões e viabilize a consecução dos seguintes objetivos:

a. estratégicos

- Fortalecer os processos em andamento em cada um dos países a partir do compartilhamento de seus avanços conceituais e metodológicos do intercâmbio de informações e de resultados.
- Criar capacidade de cooperação horizontal utilizando a rede do IICA nos países da região por meio de processos de divulgação y capacitação.

b. metodológicos

- Integrar, comparar e validar os enfoques conceituais e metodológicos comuns aos três projetos.
- Compartilhar os exercícios teórico e práticos de construção de indicadores e análises de informação.
- Compartilhar, ajustar e adaptar as ferramentas de análises e manejo de informação.

c. específicos

- Avaliar as diferentes definições operacionais do conceito de ruralidade aplicado aos territórios.
- Construir os processos para a definição de territórios rurais
- Comparar as políticas públicas e as definições territoriais aplicadas em cada país e avaliar seus critérios de orientação e classificação

- Comparar as estruturas institucionais dos três países para o desenvolvimento de políticas públicas aplicadas ao território.

Para implementar o Projeto foram definidas também as instituições e instâncias responsáveis em cada país e a nível da Sede Central do IICA.

Brasil

- Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria do Desenvolvimento Territorial
- Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável da Representação do IICA no Brasil

México

- SAGARPA, Subsecretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável
- SIAP
- Representação do IICA no México

Colômbia

- Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural/INCODER
- Representação do IICA-Colômbia

IICA Sede Central

- Direção de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento

6.2 - Apoio ao Projeto Girh Yacambú/Quíbor – Venezuela

Local: Barquisimeto, Estado de Lara, Venezuela.

Período: 12 a 20 de maio de 2.006

Objetivos

- a) Conhecer o Projeto GIRH Yacambú – Quíbor e discutir possibilidades de cooperação técnica para sua execução; e
- b) Participar do “Taller Internacional: El Proyecto GIRH Yacambú – Quíbor y sus desafíos”.

Desenvolvimento da Missão

A equipe técnica da RIB esteve presente em uma missão na cidade de Barquisimeto, Estado de Lara na Venezuela entre os dias 12 a 20 de maio de 2006, que se realizou em três etapas:

1ª Etapa – Visita ao Sistema Hidráulico Yacambú-Quíbor.

2ª Etapa – Realização do “Taller: El Proyecto GIRH Yacambú – Quibor y sus desafíos”

3ª Etapa – Discussões sobre possibilidades de Cooperação Técnica para a execução do Projeto GIRH, por meio da realização de reuniões multilaterais e bilaterais.

Resultados Gerais:

a) Em relação ao “Taller” – (i) difusão e discussão dos avanços do projeto Yacambú – Quíbor entre os cerca de **70** atores sociais e representantes das entidades participantes do taller relacionada com sua execução; (ii) divulgação e reflexão sobre experiências estrangeiras que podem oferecer referências para a execução do Projeto; (iii) estabelecimento de bases conceituais e empíricas para construção de uma matriz de intercambio de experiências com outras iniciativas semelhantes de desenvolvimento territorial sustentável em bacias hidrográficas; nesse aspecto, é importante frisar que os palestrantes destacaram, em suas respectivas apresentações as lições que poderiam contribuir para aperfeiçoar a concepção de intervenção na bacia hidrográfica, as estratégias, as ações e os instrumentos para a execução do Projeto GIRH.

b) Em relação à Cooperação Técnica ao Projeto GIRH – (i) comprometimento institucional e técnico dos atores sociais e das entidades relevantes na execução do Projeto; (ii) geração de uma matriz de intercâmbio de experiências entre entidades nacionais e internacionais, com vistas ao desenvolvimento de capacidade institucional e de recursos humanos, para a execução do Projeto; essa matriz foi construída na reunião multilateral realizada com as entidades que participaram da elaboração do Projeto.

Demandas de Cooperação para a RIB:

Nas discussões para construção da matriz de intercâmbio de experiências, em função da apresentação e discussão no Taller do tema “Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial: A Experiência do IICA no Brasil” foram identificadas as seguintes áreas temáticas para cooperação do IICA/BR. Essas demandas a seguir explicitadas poderão ser atendidas pelos quadros técnicos da própria Representação do IICA, consultores ou técnicos vinculados aos PCT’s, por meio de cursos de curta duração, intercambio de experiências, estágios e consultorias.

A cooperação técnica nas áreas temáticas antes mencionadas iniciaria com a realização de oficinas para homogeneização conceitual dos dirigentes e técnicos da empresa Yacambú – Quibor, sendo posteriormente ampliado para outros participantes de entidades vinculadas do Projeto GIRH. Os temas objeto da homogeneização seriam conceitos relacionados com desenvolvimento sustentável, território, ruralidade, entre outros.

Os temas abaixo indicados serão priorizados no âmbito do convênio de cooperação entre o IICA/Venezuela e a empresa Yacambú-Quíbor, que estará em processo de renovação.

- a. Metodologia para formulação e gestão de planos e projetos de desenvolvimento sustentável com enfoque territorial;
- b. Gestão integrada de recursos hídricos
- c. Formação de recursos humanos nas áreas temáticas acima indicadas
- d. Promoção de capital social
- e. Organização social
- f. Desenvolvimento Gerencial
- g. Desenvolvimento do agronegócio e de arranjos produtivos locais
- h. Tecnologia de irrigação

Além disso, nas reuniões bilaterais com o Equador (Miguel Angel Arvelo), Bolívia (Rodolfo Teruel) e Venezuela (Ernani Fiori e Mirtha Camacho) foi discutida a estratégia e os procedimentos para a estruturação do Fórum DRS nos países mencionados. As providências iniciais já foram adotadas com a remessa com todo material informativo do Fórum DRS para os interlocutores citados.

6.3 - Apoio ao INDERT e a Vice-Presidência da República do Paraguai

Local: Assunção, Paraguai.

Período: 18 a 24 de junho de 2.006

Objetivos: Dar prosseguimento as missões anteriores realizadas em setembro e dezembro de 2005, mediante a realização dos seguintes objetivos específicos:

a) Discussão dos Termos de Referência para a “Formulação de estratégias e políticas diferenciadas de desenvolvimento rural, com enfoque territorial” e do “Regulamento, Manual de operações e de gestão do Fundo de Inversão em Desenvolvimento Rural Sustentável – FIDES”.

b) Levantamento de informações técnicas e bibliográficas, assim como realização de entrevistas semi-estruturadas, com vistas à elaboração dos termos de referência para (i) atualização da legislação agrária paraguaia e (ii) aperfeiçoamento do cadastro de terras do Paraguai.

Desenvolvimento da Missão:

a) Reunião interna no IICA/Paraguai para apresentação e discussão dos Termos de Referência, acima referidos.

b) Reunião com Assessores do Gabinete Técnico da Vice-Presidência da República do Paraguai, antes mencionados, para apresentação, discussão e ajustes dos Termos de Referência;

c) Reunião com o Presidente e Diretores do INDERT para organização dos trabalhos sobre atualização da legislação agrária paraguaia e (ii) aperfeiçoamento do cadastro de terras do Paraguai.

d) Reunião com o Vice-Presidente da República do Paraguai, para apresentação dos termos de referência, antes mencionados.

e) Elaboração dos orçamentos para a realização dos trabalhos de “Formulação de estratégias e políticas diferenciadas de desenvolvimento rural”, “Regulamento, Manual de operações e de gestão do Fundo de Inversão em Desenvolvimento Rural Sustentável – FIDES” e do “Evento Internacional sobre as estratégias e políticas, a ser realizado no final do ano de 2006 em Assunção”.

Resultados Gerais:

a) Aprovação dos Termos de Referência para a formulação de estratégias e políticas diferenciadas de desenvolvimento rural e da regulamentação do FIDES;

b) Assinatura durante esta semana do Acordo de Cooperação do IICA/Paraguai com o Gabinete Técnico da Vice-Presidência, com vistas à realização dos trabalhos indicados no item anterior;

c) Formatação de um seminário, com duração de um dia, para lançamento do trabalho de formulação de estratégias e políticas, convocado pelo Vice-Presidente da República Luis Alberto Castiglioni;

d) Aprovação das diretrizes técnicas para a formulação dos termos de referência sobre (i) atualização da legislação agrária paraguaia e (ii) aperfeiçoamento do cadastro de terras do Paraguai.

e) Aprovação da estrutura programática do mega evento pelo Gabinete Técnico da Vice-Presidência da República do Paraguai

6.4 – Visita de Técnicos Colombianos ao Brasil

Com o apoio da equipe técnica da RIB, técnicos do governo colombiano e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura da Colômbia visitaram o Brasil entre os dias 6 e 13 de maio de 2006 para conhecer o funcionamento dos instrumentos de comercialização agrícola no país. A missão incluiu reuniões em Brasília com a Secretaria de Políticas Agrícolas, a Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Secretaria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Além disso, a missão visitou a bolsa de Futuros e Mercancias de São Paulo.

Através dessa missão buscou-se estabelecer as interligações dos setores público e privado, através de políticas dirigidas ao agricultor empresarial, além de buscar conhecer as políticas de apoio à comercialização dos produtos do pequeno agricultor.

Participaram da missão: Camila Reyes, Diretora de Comércio e Financiamento do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Colômbia; Carlos F. Espinal, Coordenador Técnico e Especialista em Políticas e Comércio do IICA - Colômbia; e

Claudia Tamayo, Vice-presidente de Gestão da Bolsa Agropecuária, também da Colômbia.

6.5 – Visita de Produtores Rurais Peruanos ao Brasil

Em continuidade à sua iniciativa de promover a troca de conhecimentos sobre a agricultura brasileira, a Representação do IICA no Brasil, organizou a visita de um grupo de 52 produtores rurais do Perú, acompanhados do ministro da agricultura daquele país, Manuel Menrique Ortega e do Representante do IICA no Perú ao norte estado do Paraná, com o objetivo de conhecer o potencial agrícola de Londrina e região e realizar intercâmbio de informações sobre as atividades do setor agropecuário.

6.6 – Intercâmbio entre as Representações do IICA no Brasil e Argentina

O Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) na Argentina, Benedito Rosa, acompanhado do Administrador do escritório platino, Ricardo Lassig, visitaram por dois dias a Representação do IICA no Brasil (RIB), com a qual desenvolveram um intercâmbio de metodologias e práticas de reestruturação e gestão.

A jornada objetivou colocar em prática o conceito de cooperação horizontal entre escritórios dos Estados Membros do IICA e consistiu de uma série de reuniões técnicas, embasadas por exposições de experiências e relatos sobre os processos de reestruturação vividos recentemente pela RIB.

A delegação constatou os avanços conseguidos e identificou práticas condizentes com o contexto em que desenvolvem suas atividades.

6.7 - Intercâmbio Brasil - Guatemala

Em dezembro, a RIB, representada por Carlos Miranda, foi convidada pela Agência Espanhola de Cooperação – AECI e a Rede Espanhola de Desenvolvimento Rural, para participar da discussão, na Guatemala, sobre a organização de uma Rede Ibero-Americana de Desenvolvimento Rural, baseada em iniciativas locais e as perspectivas de cooperação transnacional entre grupos da América Latina e da Espanha.

A seguir destacamos as principais realizadas nessa missão:

- **Seminário “Posible Traslación del LEADER al Contexto de América Latina”**

Objetivos: Organização de uma Rede Ibero-Americana de Desenvolvimento Rural, baseada em iniciativas locais; e (ii) discussão de perspectivas de cooperação transnacional entre grupos da América Latina e da Espanha.

Participantes: 49 dirigentes e técnicos representando 11 países da América Latina e Espanha

Data e Local: 11 a 15 de dezembro de 2006. Centro de Formação da Cooperação Espanhola em La Antigua Guatemala

Desenvolvimento do Seminário: O Evento dividiu-se em 4 etapas: (i) apresentação dos fundamentos, conteúdos, estratégias e metodologia de trabalho do programa LEADER na União Europeia e na Espanha; (ii) iniciativas espanholas de desenvolvimento local por meio dos grupos de ação local em Castilla La Mancha, Albacete, Cuenca, Guadalajara, Segovia, Valladolid, Castilla Leon, Galicia e Salamanca; finalizando com uma apresentação especial do Fórum Rural Mundial; (iii) iniciativas de grupos latinos americanos de ação local na Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, República Dominicana, Uruguai e Venezuela; (iv) trabalhos em grupos para discussão dos objetivos, critérios de seleção dos participantes, estrutura organizacional e estratégia operacional para implantação da Rede Ibero-Americana de Desenvolvimento Rural. (ver programa anexo).

Conclusões e Perspectivas: A viabilidade do efetivo funcionamento da Rede proposta depende fundamentalmente de quatro fatores: (i) da real “latinoamericanização” da organização, por enquanto, trata-se de uma iniciativa ibérica; (ii) superar a fase atual de um excessivo localismo da ação dos GAL, que resulta em uma rede de organizações atomizadas e espalhadas em amplos espaços geográficos; para tanto é necessário uma maior articulação com entidades governamentais de desenvolvimento rural o que atualmente não existe; (iii) eliminar os conflitos internos entre membros da Rede Espanhola pelo controle da gestão da Rede Ibero-Americana; (iv) possibilidade de conseguir fontes estáveis de financiamento.

- **Reuniões Paralelas ao Seminário**

- a) **Com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República da Guatemala**

Antecedentes: A Ministra do Planejamento, Ana Patrícia Orantes e a Diretora de Políticas Regionais, Suzana Palma participaram dos diversos eventos do intercâmbio de experiências organizados pelo IICA/ Fórum DRS e a SDT no Estado da Bahia e em Brasília; em seguida assistiram ao I Salão Nacional dos Territórios Rurais. Duas iniciativas brasileiras a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MI) e as ações de desenvolvimento territorial (SDT/MDA) – causaram impressão muito positivas às dirigentes guatemaltecas que passaram a discutir a possibilidade de adaptar suas estratégias e metodologias para aplicação na Guatemala. Propuseram, então, o desdobramento dessa discussão durante a estadia do signatário naquele país; para esse propósito foram realizadas duas reuniões em Antigua.

Objetivo: analisar a possibilidade de cooperação desta RIB na formulação de uma política de desenvolvimento regional e territorial na Guatemala.

Resultado: organização de uma missão técnica exploratória da RIB à Guatemala com o propósito de colher subsídios para a elaboração de um plano de trabalho, com vistas à formulação da política de desenvolvimento regional e territorial.

Atividades pendentes: (i) formalização à RIB do pedido de cooperação pela Representação do IICA na Guatemala; (ii) organização da missão para o final de janeiro ou começo de fevereiro de 2007; (iii) elaboração do termo de referência da missão; e (iv) organização de um intercâmbio técnico do Brasil para conhecimento de experiências em desenvolvimento regional e territorial.

b) Com o Fórum Rural Mundial – FRM

Antecedentes

Uma das Resoluções do III Congresso do FRM, realizado em San Sebastián, Espanha, no mês de outubro passado, foi promover um seminário na América Latina com o propósito de rediscutir as estratégias de desenvolvimento rural para o Sub-Continente. Com base nessa Resolução e com o objetivo de analisar a possibilidade de realização de atividades conjuntas IICA/Fórum DRS e o FRM, realizamos dois encontros com os dirigentes desse Fórum presentes ao Seminário. Os resultados desse processo são a seguir resumidos.

Objetivos das atividades conjuntas

(i) elaborar um estudo sobre tipologia de territórios de identidade na América Latina, aproveitando a experiência brasileira; (ii) formular propostas de estratégias diferenciadas de Desenvolvimento Rural, considerando as especificidades dos territórios rurais da América Latina; e (iii) realizar em abril de 2008, no Brasil, um seminário internacional para discutir o estudo e as propostas antes mencionadas

Compromissos

Foram assumidos pelas partes, para implementação nos próximos meses, os seguintes compromissos, com vistas à consecução dos objetivos acordados: (i) elaboração de uma proposta preliminar de plano de trabalho; (ii) discussão da proposta em reunião, em Brasília, em abril/2007; (iii) elaboração do plano de trabalho final e negociação do financiamento do estudo, propostas de estratégias e do seminário; (iv) organização das instâncias de coordenação operacional e técnica da iniciativa.

6.8 - intercâmbio de experiências sobre a política de desenvolvimento territorial do Brasil

Em novembro, o Fórum DRS promoveu em Salvador, Bahia, um intercâmbio de experiências sobre a política de desenvolvimento territorial do Brasil. Participaram do encontro o secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Humberto Oliveira, consultores do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) e representantes de oito países (Argentina, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Guatemala, México, Paraguai e Venezuela).

Durante o encontro, a delegação estrangeira foi até Valente, cidade que fica a cerca de 200 quilômetros de Salvador, para conhecer um dos 20 municípios que compõe o Território do Sisal e conhecer

Em Valente, os visitantes conheceram como funcionam as agroindústrias de sisal e de laticínios de caprino, atividades tradicionais nessa região da Bahia. Também observaram o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Regional e o sistema de rádio comunitária, integrada por 18 emissoras e pela estação de televisão comunitária, que exibe um jornal diário de duas edições.

7. NOVAS OPORTUNIDADES PARA A COOPERAÇÃO TÉCNICA

Entre as principais oportunidades de cooperação técnica vislumbradas para 2007 estão algumas iniciativas no âmbito da cooperação técnica do IICA junto ao Governo Brasileiro, dentre as quais destacamos as seguintes:

- Iniciativas relacionadas à consolidação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da gestão da oferta e da demanda de água para usos múltiplos de Governos Estaduais realizadas;
- Implementação do Programa de Modernização da Rede Básica de Monitoramento e Inovações Tecnológicas do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET/MAPA.
- Projeto para implementação do Programa de Combate à Desertificação – Proágua Semi-Árido, com o Ministério da Integração-MI, integrado com os preceitos do Plano de Ação Nacional, em colaboração com o Ministério de Meio Ambiente;
- Implementação do Sistema de Gerenciamento do Projeto Integração do Rio São Francisco (PISF) às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, a ser executado em estreita colaboração entre o Ministério da Integração-MI/Secretaria de Infra-estrutura Hídrica - SIH e o Ministério de Meio Ambiente-MMA/Agência Nacional de Águas – ANA;
- Projeto para implementação do Programa de Gerenciamento e Coordenação do Proágua Nacional no componente Infra-estrutura Hidráulica e Obras Prioritárias junto ao Ministério da Integração-MI/Diretoria de Obras Hidráulicas.
- Suporte técnico ao IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais) para a criação e implementação de um modelo de gestão de tecnologias ambientalmente saudáveis (TAS).

Dando continuidade à ação da Representação do IICA no Brasil junto aos governos estaduais e municipais, serão implementados a partir de 2007 os seguintes projetos:

- Contribuir para o Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará, mediante o provimento de suporte técnico à implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Ceará II - 2ª Fase;
- Assistência Preparatória para Implementação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão – PRODIM;
- Contrato de Cooperação Técnica com a Fundação do Banco do Brasil cujo objetivo é contribuir para o aperfeiçoamento das ações estratégicas de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil, com ênfase em geração de trabalho e renda no meio rural;
- Contato com a Prefeitura Municipal de Formosa (GO), para discutir sobre o desenvolvimento de ações de cooperação técnica para a agricultura local que estimule os cidadãos a construir novas práticas de planejamento e de gestão democrática;
- Cooperação técnica à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, com o objetivo de caracterizar os jovens rurais brasileiros, investigando percepções, projetos, necessidades e proposições segundo ciclo etário, gênero, raça / etnicidade, estrato sócio econômico e região de residência;
- Contato com a Codevasf para o desenvolvimento de ações que visem à capacitação de jovens rurais, a inserção do cooperativismo em projetos de irrigação e a identificação de grupos processadores de alimentos sediados na América Central, para que atuem com os produtores dos projetos de irrigação no Brasil.
- Estão sendo mantidas conversações com a equipe técnica do Programa “Luz para Todos” do Ministério das Minas e Energia – MME, no sentido de se elaborar uma proposta técnica para sistematização da experiência de energia alternativa (bio-energia), conduzida por aquele ministério no estado do Rio Grande do Sul, e sua aplicação na região Nordeste do Brasil. Esta proposta técnica dará início à elaboração de um projeto de cooperação técnica, mais abrangente com o MME, no sentido de fortalecer o Programa “Luz para Todos” no âmbito nacional.
- Os especialistas em Desenvolvimento Rural Sustentável da RIB, realizaram missão técnica a Belém, com vistas a discutir possibilidades de cooperação desta RIB ao Governo do Estado do Pará. Esta prospecção foi feita nas Secretarias de Estado de Planejamento Participativo, Orçamento e Finanças (SEPOF) e a de Projetos Estratégicos. Uma das linhas de atuação do IICA identificada na missão, refere-se ao fortalecimento da capacidade institucional da administração estadual, para aprimorar a efetividade do sistema de planejamento e conseqüentemente a capacidade de formulação, implementação, acompanhamento, controle e avaliação de políticas públicas.

Ressalta-se, ainda, que a experiência adquirida pela Representação do IICA no Brasil, na execução de projetos de cooperação técnica com entidades como o Banco do Nordeste, pode ser empregada em ações com outras instituições com características similares como o Banco da Amazônia.

8 – LISTA DE PUBLICAÇÕES

Miranda C. e Costa, Cristina (Org.). *Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2006. 118 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

Miranda C. e Costa, Cristina (Org.). *Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2006. 130 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

Echeverri R. e Ribero M. P. - *Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, 2006. 195 p.

Reydon B. P e Cornélio F. N. M. (Org.). *Mercado de Terras: Estrutura e Dinâmica. Série NEAD Debate nº 7;*. Brasília: IICA/NEAD, 2006. 444 p.

MDA. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul, Série NEAD Debate nº 9;*. Brasília: IICA/NEAD, 2006. 260 p.

Scott P. e Cordeiro R. (Org.). *Agricultura familiar e gênero: Práticas, movimentos e políticas públicas. Série NEAD Debate nº 10*. Brasília: IICA/NEAD, 2006. 331 p. ISBN: 85-7315328-8

Romão D. A. (Org.). *Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais. Série NEAD Debate nº 11*. Brasília: IICA/NEAD, 2006. 212 p.

Sparovek G. (Org.). *Crédito fundiário e qualidade de vida no campo. Série NEAD Estudos nº 10*. Brasília: IICA/NEAD, 2006. 140 p.

Mattei L. (Org.); *Impactos do Pronaf – Análise de Indicadores Série NEAD Estudos nº. 11*. IICA/NEAD, 2006. 136 p.

IICA/NEAD. *Carta do Campesino. Série Cadernos para a Conferência nº. 01;* IICA/NEAD, 2006. 60 p.

IICA/NEAD. *Contribuição Inicial do Comitê Brasileiro. Série Cadernos para a Conferência nº. 02;* IICA/NEAD, 2006. 44 p.

Martins, P. R. (Org.). *Nanotecnologia sociedade e meio ambiente.: trabalhos apresentados no segundo seminário internacional*. Brasília: IICA/NEAD, 2006. 344 p.

Salete R., Paludo C. e Doll J. (Orgs). *Como se formam os sujeitos do campo?*. Brasília: IICA/NEAD, 2006. 350 p.

Associação Brasileira de Antropologia (Org). *Territórios Quilombolas*. Prêmio ABA/MDA: IICA/NEAD, Brasília: 2006. 116 p.

Molina M. C. (Org). *Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão*. Brasília: IICA/NEAD, 2006. 370 p.

STÉDILE, J. P. (Org.). *Questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas – 1954 a 1964 – Volume 04*. Brasília: IICA/NEAD, 2006. 304 p.

DIEESE / MDA. *Estatísticas do Meio Rural*. Brasília: IICA/NEAD, 2006. 276 p. ISBN: 85-87326-23-6

IICA / Ministério da Integração Nacional. *Elaboração de subsídios técnicos e documentos-base para a definição da Política Nacional de Ordenação Territorial – PNOT*, 2006. 260 p.

Equipe de Agronegócio da RIB (Org). *Relatórios do Agronegócio N°s. 1 e 2*. IICA - Brasil, Brasília, 2006.

C. Guanzioli. *Estado da Arte das Câmaras Setoriais do Agronegócio Brasileiro*, IICA – Brasil, 2006.

Universidade de São Carlos/Universidade de Campinas. *Estudo da Cadeia Produtiva de Agroenergia*. MAPA / IICA – Brasil, 2006.

Universidade de São Carlos/Universidade de Campinas. *Estudo da Cadeia Produtiva Carne Bovina*. MAPA / IICA – Brasil, 2006.

Universidade de São Carlos/Universidade de Campinas. *Estudo da Cadeia Produtiva de Flores e Mel*. MAPA / IICA – Brasil, 2006.

Universidade de São Carlos/Universidade de Campinas. *Estudo da Cadeia Produtiva de Frutas e Madeira*. MAPA / IICA – Brasil, 2006.

Fundação Getulio Vargas. *Estudo da Cadeia Produtiva do Milho*. MAPA / IICA – Brasil, 2006.

Fundação Getulio Vargas. *Estudo da Cadeia Produtiva da Soja*. MAPA / IICA – Brasil, 2006.

Fundação Getulio Vargas. *Estudo da Cadeia Produtiva do Algodão*. MAPA / IICA – Brasil, 2006.

ANEXO 1 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DA REPRESENTAÇÃO DO IICA NO BRASIL EM 2006

Curso	Programação	Justificativa	Carga horária total Composição da Turma
Balanced Scorecard	Capacitar os participantes em como construir os elementos do BSC	Necessidade de conhecer, com mais profundidade, as possibilidades da metodologia, para implementação de um modelo de Gestão.	Carga horária: 48 horas. Participantes: 19 (dezenove)
Excell Básico e Avançado	Aprimorar pessoal da RIB na utilização do Excel	Necessidade de aprimoramento de uso da ferramenta Excel.	Carga horária: 15 horas. Participantes: 11 (onze).
Gestão da Informação	Capacitar os participantes na Gestão para a Investigação e a Inovação Agrária.	Fortalecer capacidades técnicas na gestão das informações em tecnologias.	Carga horária: 140 horas Participante: 1 (hum)
Desafios do comércio agrícola Internacional	Capacitar os participantes quanto ao tema: Desafios do Comércio Agrícola Internacional	Fortalecer capacidades negociadora e de compreensão do contexto internacional e regional comercial	Carga horária: 140 horas Participantes: 3 (três)
Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas	Capacitar os participantes sobre os elementos teóricos de Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas.	Adquirir conhecimentos de Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas para uso nas atividades profissionais.	Carga horária: 140 horas Participante: 1 (hum)

Cursos de Idiomas Espanhol e Inglês	Ensinar aos participantes os idiomas de Espanhol e Inglês.	Necessidade de aprender, para utilização nas atividades diárias, os idiomas necessários.	Carga horária: Variável Participantes: 7 (sete)
Inteligência Organizacional.	Instruir os participantes sobre os conceitos de Inteligência Organizacional.	Necessidade de conhecer, com mais profundidade, o que é inteligência organizacional.	Carga horária: 16 horas Participante 1 (hum)
Cargos e Salários	Instruir os participantes sobre a metodologia de estudo de cargos e salários nas organizações	Adquirir conhecimentos da estrutura de cargos e salários	INFORMARE Participante: 1 (hum)
Introdução ao vídeo digital.	Instruir os participantes quanto à Introdução dos conceitos ao vídeo digital.	Adquirir conceitos mínimos necessários à introdução ao vídeo digital.	Carga Horária: 4 horas Participantes: 6 (seis).

ANEXO 2 – CURSOS ORGANIZADOS E APOIADOS PELA REPRESENTAÇÃO DO IICA NO BRASIL EM 2006

Nome do Evento	Data de Realização	Local de Realização	Número de Participantes	Carga Horária
1. Capacitação para Técnicos da Prefeitura Municipal de São Luís, Capital do Estado do Maranhão.	16 a 18 de Março	São Luís - MA	45	24 horas/aula
2. Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Local e Regional.	21 de agosto a 6 de setembro	Brasília - DF	35	120 horas/aulas
3. Curso de Capacitação em Desenvolvimento Regional.	16 de outubro a 16 de dezembro (3 módulos)	Fortaleza – CE e Natal - RN	30	120 horas/aulas
4. Dois Cursos em Geoprocessamento – ArcGIS 9.0	De 4 a 15 de dezembro	Brasília - DF	20	80 horas/aula
6. Curso para Desenvolvimento de capacidades dos Laboratórios Nacionais de Referência “Lanagros”.	24 a 30 de setembro	Campinas - SP	45	40

ANEXO 3 – EVENTOS ORGANIZADOS E APOIADOS PELA REPRESENTAÇÃO DO IICA NO BRASIL EM 2006

Nome do Evento	Data de Realização	Local de Realização	Número de Participantes	Carga Horária
1. Oficina de Planejamento Estratégico da Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas – CGAC do MAPA.	25 a 27 de Janeiro	Brasília - DF	23	24 horas/aula
2. II Encontro Nacional dos Secretários Executivos das Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA.	16 e 17 de Março	Brasília - DF	26	16 horas/aula
3. Oficina para Elaboração do Plano Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária do MAPA.	24 a 26 de Abril	Brasília - DF	45	24 horas/aula
4. Oficina para Elaboração do Plano Diretor da Rede Nacional de Laboratórios de Defesa Agropecuária do MAPA.	29 e 30 de Maio	Brasília - DF	35	16 horas/aula
5. Jornada Temática sobre Agricultura Familiar, Agroecologia e Política Pública.	4 de abril	Brasília - DF	58	8 horas/aula
6. Três Jornadas Temáticas sobre Identidades e Tipologias de Territoriais Rurais.	De agosto a Novembro	Brasília - DF	180	24 horas/aulas
7. Duas Oficinas para Elaboração do Marco Referencial de Comunicação e Informação do MAPA.	De Junho a Julho	Brasília - DF	33	16 horas/aula
8. Seminário “Construção do Programa de Formação Continuada a Distância para Educação Contextualizada nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD)”.	16 a 20 de Abril	Campina Grande - PB	110	40 horas/aula
9. Seminário Luso-brasileiro-caboverdiano “Agricultura Familiar em Regiões com Risco de Desertificação”.	29 de junho a 2 de Julho	João Pessoa - PB	300	32 horas/aula
10. Semana do meio Ambiente “Desertificação: Um desafio para a Escola” – Programa Salto para o Futuro TV Escola.	5 a 9 de Junho	Rio de Janeiro – RJ	3.500	80 horas/aula
11. Duas Jornadas Temáticas sobre Sistemas de Indicadores para a Gestão Social de Territórios Rurais.	Agosto e Novembro	Brasília - DF	120	16 horas/aula

12. Jornadas Temáticas Internacionais	26 de novembro	Salvador - BA	30	8 horas/aula
13. Oficina de Planejamento Estratégico da Representação do IICA no Brasil - RIB.	9 de Junho	Brasília - DF	49	8 horas/aula
14. Encontro Técnico de Política Agrícola da CONAB	09 e 10 de fevereiro	Brasília-DF	200	16
15. II Conferência Internacional Sobre Rastreabilidade Pecuária.	10 A 12/04/2006	Brasília - DF	1.200	24
16. XXIV Encontro Anual de Etologia com a promoção da temática de Bem Estar Animal, mediante parceria com a Universidade Nacional de Brasília.	02 a 05 de novembro	Brasília - DF	100	24
17. Palestra no parlamento Latino-americano sobre a Importância da Modernização dos serviços Veterinários para Prevenção da Influenza Aviária.	24 de março	São Paulo – SP	20	8
18. Oficina para Elaboração do Perfil de Projeto para o LANAGRO/MG.	23 de novembro	Pedro Leopoldo - MG	25	16
19. Salão Nacional dos Territórios Rurais	29 A 01 de dezembro	Brasília - DF	800	16
20. Enerbio 2006 Feira Internacional de Agroenergia e Biocombustíveis.	27 A 29 de novembro	Brasília - DF	1	6
21. “Prêmio de Inovação Pedagógica” em apoio à Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior - ABEAS.	30 de maio	Brasília – DF	30	8
22. “9º Congresso Pan-americano do Leite” em apoio à Federação Pan-americana de Leite – FEPALE	20 a 23 de junho	Porto Alegre - RS	1000	40
23. 44º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER	23 a 27 de julho	Fortaleza - CE	1000	40

ANEXO 4 – PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ajuste Complementar para desenvolver ações e atividades relativas ao fortalecimento de ações agrometeorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) em apoio ao agronegócio

Instituição Parceira: Instituto Nacional de Meteorologia - INMET

Data de Início: 15/12/2006 Data de Término: 15/12/2011

Orçamento Total do Projeto: R\$ 14.816.760,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: O Projeto visa dotar o INMET de capacidade para atender fundamentalmente as aspirações do setor de Agronegócio do país, permitindo que produtos especiais e conhecimentos especializados sejam desenvolvidos, de forma a prover os agricultores com informações meteorológicas e climatológicas confiáveis.

Faz-se mister mencionar que os elementos destacados no presente PCT permitirão responder com maior efetividade às crescentes demandas por “serviços e produtos meteorológicos” de maior qualidade e confiabilidade. O esforço a ser realizado na execução destas novas atividades, juntamente com as correntemente em curso e originalmente iniciadas em outras cooperações com o IICA, se traduzirá em benefícios concretos para a sociedade, por permitir que se amplie a gama de produtos disponíveis para o “suporte à decisão” do usuário final.

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram a Fundação Lyndolpho Silva - FLS e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA para apoiar a implementação e coordenação do Programa de Fomento e Oportunidades Comerciais para Pequenos Produtores Rurais.

Instituição Parceira: Fundação Lyndolpho Silva - FLS

Data de Início: 01/04/2005 Data de Término: 01/04/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 1.001.592,00

Sede do Projeto: Brasília-DF

Objetivo: O Contrato tem como finalidade aproveitar a competência e a experiência no IICA em atividades relativas ao planejamento participativo do desenvolvimento territorial sustentável e de capacitação de técnicos e produtores para apoiar a gestão da execução do Programa de Fomento e Oportunidades Comerciais para Pequenos Produtores Rurais, com foco na diferenciação de produtos pela adoção de sistemas integrados de produção orgânica ou agroecologia, na agregação de valor à produção primária, no estabelecimento de sistemas de informação e de comercialização que assegure a melhoria dos níveis de renda e das condições de vida dos agricultores e agricultoras familiares.

Projeto de Cooperação Técnica entre IICA e EMBRAPA para a Gestão de Processos de Transferência de Tecnologias para Subsidiar o Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão na Pesquisa Agropecuária – AGROFUTURO.

Instituição Parceira: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

Data de Início: 02/03/2006 Data de Término: 02/03/2011

Orçamento Total do Projeto: US\$ 1.386.000,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: Desenvolver ações e atividades relativas à transferência de tecnologias para o setor agrícola brasileiro, por meio da contratação de serviços especializados de consultoria técnica por meio do Projeto. O Agrofuturo tem como objetivo contribuir para melhorar a competitividade, a eficiência e a equidade do setor agropecuário brasileiro, por meio da geração e transferência de conhecimentos e tecnologias.

Ajuste Complementar para o Fortalecimento da capacidade institucional do IBAMA para as tecnologias ambientalmente saudáveis (TAS).

Instituição Parceira: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Data de Início: 15/12/2006 Data de Término: 15/12/2011

Orçamento Total do Projeto: R\$ 1.212.750,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: Contribuir para a adoção de padrões de consumo e produção ambientalmente saudáveis que resultem na otimização da base de recursos naturais e, por conseguinte, na maior sinergia dos esforços empreendidos na conservação ambiental, mediante o fortalecimento da gestão de tecnologias ambientalmente saudáveis (TAS).

Projeto de Cooperação Técnica “Fortalecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Planejamento Estratégico do Agronegócio”.

Instituição Parceira: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Data de Início: 21/12/2004 Data de Término: 21/10/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 631.050,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: A meta do projeto conjunto entre IICA e MAPA é Contribuir para o planejamento estratégico do agronegócio e do plano de ações do MAPA, a partir da

realização de estudos e diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio.

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA para elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Chapada do Apodi.

Instituição Parceira: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA.

Data de Início: 24/07/2006 Data de Término: 30/06/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 385.865,00

Sede do Projeto: Natal-RN

Objetivo: O Contrato visa primordialmente a cooperação técnica do IICA na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Chapada do Apodi, no contexto das estratégias de desenvolvimento do Estado de Rio Grande do Norte.

Projeto de Cooperação entre o IICA e o Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo de Rio Grande do Sul, para o “Apoio às Ações de Reforma Agrária e Cooperativismo do Rio Grande do Sul”.

Instituição Parceira: Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo do Rio Grande do Sul – GRAC/RS.

Data de Início: 06/10/2004 Data de Término: 06/10/2009

Orçamento Total do Projeto: R\$ 6.000.000,00

Sede do Projeto: Porto Alegre - RS

Objetivo: O projeto tem por objetivo ampliar a capacidade institucional do Gabinete da Reforma Agrária e do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul – GRAC para que aperfeiçoe suas ações de planejamento e execução de políticas públicas estaduais de reforma agrária e cooperativismo.

Projeto de Cooperação entre o IICA e o INCRA, para a “Gestão do Programa de Aperfeiçoamento da Consolidação de Assentamentos (PAC)”.

Instituição Parceira: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Data de Início: 20/12/2001 Data de Término: 20/03/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 28.173.740,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: O Projeto de Cooperação Técnica será instituído com o propósito de apoiar o INCRA na gestão da execução do Programa de Aperfeiçoamento da Consolidação de Assentamentos da Reforma Agrária – PAC, desenvolvendo e sistematizando os processos de consolidação dos assentamentos resultantes da reforma agrária, com vistas à independência desses assentamentos em relação ao apoio do INCRA e à integração o segmento da agricultura familiar, propondo sustentabilidade econômica e ambiental, bem como estabilidade social das famílias assentadas.

Projeto de Cooperação Técnica para o Apoio ao Núcleo Estadual de Programas Especiais – NEPE/GEAGRO, na Implementação do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural no Estado do Maranhão.

Instituição Parceira: Núcleo Estadual de Programas Especiais – NEPE/GEAGRO

Data de Início: 10/12/2003

Data de Término: 28/02/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 4.394.454,00

Sede do Projeto: São Luis – MA.

Objetivo: O Projeto de Cooperação tem por finalidade complementar as ações do Programa da Reforma Agrária e tem por objetivo proporcionar o acesso à terra para famílias rurais pobres e organizadas em Associações e inseri-las na economia local, através de incentivos a implantação de infra-estrutura básica nos imóveis adquiridos e disponibilização de capacitação e assessoramento técnico.

Projeto de Cooperação Técnica para Apoio à Gestão do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural - MDA

Instituição Parceira: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Data de Início: 24/06/2002

Data de Término: 30/12/2007

Orçamento Total do Projeto: Euros 11.619.999,93

Sede do Projeto: Brasília-DF.

Objetivo: O objetivo geral do Projeto é de contribuir para a redução da pobreza rural no Nordeste e em Estados do Sudeste e do Sul do Brasil, possibilitando o acesso à terra a 50 mil famílias, através do financiamento da aquisição de imóveis por associações de trabalhadores sem terra ou minifundistas e de um financiamento não reembolsável para investimentos comunitários.

Contrato de Prestação de Serviços entre a Fundação Banco do Brasil e o IICA para o Aperfeiçoamento das Ações da Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável nos Estados do Maranhão e Piauí.

Instituição Parceira: Fundação Banco do Brasil

Data de Início: 18/12/2006 Data de Término: 18/12/2007
Orçamento Total do Projeto: R\$ 445.440,00

Sede do Projeto: Brasília – DF

Objetivo: O Contrato tem como finalidade contribuir para o aperfeiçoamento das ações da estratégia de desenvolvimento regional sustentável, com ênfase em geração de trabalho e renda, nas áreas de atuação priorizadas pela Fundação Banco do Brasil.

Programa de Combate à Desertificação e Mitigação da Seca.

Instituição Parceira: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Data de Início: 20/09/2002 Data de Término: 20/03/2007

Orçamento Total do Projeto: US\$ 1.090.000,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: Melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades afetadas pela desertificação, a partir da adoção de um novo modelo de produção e desenvolvimento e de mudança de comportamento, por meio do uso de tecnologias apropriadas, capacitação e treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

Projeto de Cooperação Técnica entre o IICA e o DNOCS, para “apoiar o Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Gerencial do DNOCS”.

Instituição Parceira: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

Data de Início: 14/10/2002 Data de Término: 31/03/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 4.682.698,00

Sede do Projeto: Fortaleza - CE

Objetivo: O Projeto objetiva fortalecer, de forma complementar, as ações técnicas e gerenciais do DNOCS em sua Missão Institucional na Região Nordeste do Brasil. A cooperação técnica centralizará suas atividades no apoio profissional especializado aos setores de recursos hídricos, agricultura irrigada, mobilização social, reassentamento, organização de usuários, e planejamento estratégico e operacional.

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o Instituto Souza Cruz e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA para “Consolidar os Núcleos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – CEDEJOR – como efetivas agências de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais em que se localizam”.

Instituição Parceira: Instituto Souza Cruz

Data de Início: 01/07/2002 Data de Término: 30/06/2008

Orçamento Total do Projeto: R\$ 649.905,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: O Projeto objetiva consolidar os Núcleos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – CEDEJOR – como efetivas agências de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais em que se localizam.

Projeto de Cooperação Técnica para Fortalecimento da Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Maranhão – GEAGRO/MA.

Instituição Parceira: Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Maranhão – GEAGRO/MA.

Data de Início: 07/04/2003 Data de Término: 07/04/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 10.000.000,00

Sede do Projeto: São Luís - MA

Objetivo: Contribuir para o efetivo engajamento e fortalecimento do Capital social, do capital empresarial e do capital humano locais e da elevação da capacidade técnica do Sistema GEAGRO.

Projeto “Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”.

Instituição Parceira: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA

Data de Início: 26/10/2005 Data de Término: 26/10/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 6.838.776,00

Sede do Projeto: Brasília-DF

Objetivo: Ampliar a contribuição do MAPA ao desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, a partir do aperfeiçoamento dos processos de planejamento estratégico, gestão do conhecimento e capacitação.

Projeto de Cooperação Técnica entre o IICA e o Ministério da Integração Nacional, para “Ações de Desenvolvimento Regional e Integração Nacional”.

Instituição Parceira: Ministério da Integração Nacional.

Data de Início: 16/06/2000 Data de Término: 31/12/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 35.559.243,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: Promover a redução das desigualdades regionais, mediante o fortalecimento da capacidade institucional do Ministério, no que diz respeito ao processo de formulação de políticas, aos mecanismos e instrumentos de desenvolvimento regional e à implementação de programas integrados de desenvolvimento.

Projeto de Cooperação Técnica entre IICA e a Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional para a Implementação das Ações de Irrigação, sob os Novos Marcos Legal e Conceptual.

Instituição Parceira: Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional

Data de Início: 21/09/2000 Data de Término: 31/12/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 33.410.949,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: O Projeto de Cooperação Técnica entre IICA e a Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional visa destina-se a contribuir no apoio ao gerenciamento, sistematização e implementação das atividades prioritárias para o desenvolvimento do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem.

Projeto de Cooperação Técnica entre o IICA e o CIFOR, para promover a “gestão sustentável dos bens e serviços florestais para o bem-estar da população da Amazônia”.

Instituição Parceira: Centro Internacional para Pesquisa Florestal - CIFOR

Data de Início: 01/05/2006 Data de Término: 01/04/2007

Orçamento Total do Projeto: US\$ 907.140,00

Sede do Projeto: Belém - PA

Objetivo: O Projeto objetiva contribuir para o bem-estar da população da Amazônia, através do desenvolvimento de metodologias e técnicas, assim como o melhoramento, sistematização e disseminação do conhecimento sobre a gestão, manejo de uso múltiplo e sustentável das terras florestais.

Projeto de Cooperação Técnica entre o IICA e o Banco do Nordeste do Brasil, para “apoiar o Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional do Banco do Nordeste do Brasil”.

Instituição Parceira: Banco do Nordeste do Brasil

Data de Início: 10/12/2003 Data de Término: 10/05/2008

Orçamento Total do Projeto: R\$ 7.530.000,00

Sede do Projeto: Fortaleza - CE

Objetivo: O Projeto objetiva contribuir para a consolidação da capacidade técnica e operacional do Banco do Nordeste em suas atribuições institucionais estabelecidas, objetivando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população nordestina.

As ações desenvolvidas no projeto beneficiarão diretamente as várias estâncias do Banco do Nordeste, principalmente os setores que atuam em sistemas gerenciais, de informações, de avaliação, e os agentes de desenvolvimento.

De forma indireta, os parceiros regionais dos diversos setores do extrato sócio - econômico nordestino: Governos Estaduais e Municipais, Universidades, Empresas de Pesquisas, Organizações Técnicas, Empresas Privadas, Associações de Pequenos Produtores, Trabalhadores na Economia Informal e Associações Comunitárias.

Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil.

Instituição Parceira: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente – SRH/MMA

Data de Início: 28/02/2005 Data de Término: 28/02/2009

Orçamento Total do Projeto: R\$ 4.140.000,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: O Projeto tem como objetivo contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação – PAEs.

Projeto de Cooperação para “Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável”.

Instituição Parceira: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Data de Início: 11/12/2003 Data de Término: 11/12/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 13.000.000,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: Contribuir com o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural, a qualificação do trabalho técnico, a integração entre os centros de pesquisa e a ampliação da participação dos atores sociais nos espaços de gestão das políticas de reforma agrária, de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e de atendimento às comunidades rurais tradicionais.

Projeto de Cooperação Técnica para Contribuir para o Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará, mediante o provimento de suporte técnico à implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Ceará II – 2ª Fase

Instituição Parceira: Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará.

Data de Início: 01/01/2007

Data de Término: 30/09/2009

Orçamento Total do Projeto: R\$ 6.667.500,00

Sede do Projeto: Fortaleza – CE.

Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento local e regional do Estado, mediante o provimento de suporte técnico à implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Ceará - Fase II.

Projeto de Cooperação Técnica para a Execução de um Programa de Combate à Pobreza Rural II no Estado do Rio Grande do Norte

Instituição Parceira: Secretaria de Estado da Ação Social do Rio Grande do Norte

Data de Início: 26/11/2002

Data de Término: 31/12/2007

Orçamento Total do Projeto: US\$ 1.230.600,00

Sede do Projeto: Natal – RN.

Objetivo: O Projeto objetiva a promoção do desenvolvimento local sustentável, com a participação ativa das organizações representativas dos atores sociais e das comunidades, com vistas a aumentar o seu acesso às atividades de geração de emprego e renda e à provisão de serviços básicos de infra-estrutura como meio para reduzir a pobreza rural do Rio Grande do Norte.

Projeto de Cooperação Técnica “Consolidação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia”.

Instituição Parceira: Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia - SRH/BA.

Data de Início: 30/09/2004 Data de Término: 30/06/2008

Orçamento Total do Projeto: R\$ 5.493.600,00

Sede do Projeto: Salvador-BA

Objetivo: O Projeto destina-se a contribuir para o desenvolvimento sustentável da Bahia, mediante a consolidação do sistema estadual de gerenciamento dos recursos hídricos e de gestão da oferta e da demanda de água para usos múltiplos.

Projeto de Cooperação Técnica entre o IICA e o Governo do Estado do Maranhão, para a Implementação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão - PRODIM.

Instituição Parceira: Superintendência do Núcleo de Programas Especiais da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Maranhão – NEPE/SEAGRO

Data de Início: 03/11/2006 Data de Término: 03/07/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 1.198.495,94 Sede do Projeto: São Luís - MA

Objetivo: O Projeto de Cooperação objetiva contribuir para a redução da pobreza rural no Estado do Maranhão, através de apoio técnico e operacional à estrutura de execução e controle social do Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão - PRODIM.

Projeto entre o IICA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a Gestão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Instituição Parceira: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Data de Início: 08/12/2000 Data de Término: 31/12/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 26.200.444,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: O Projeto de Cooperação objetiva apoiar o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar na implementação de ações que visam fortalecer a gestão do PRONAF, a partir do estabelecimento e operação de um sistema de monitoria e avaliação para o seu permanente aperfeiçoamento, da formulação e implantação de planos de gestão participativa do PRONAF em municípios pré-selecionados e da mobilização e do maior engajamento do capital social e humano neste âmbito.

Projeto “Gestão e modernização da Tecnologia da Informação e implementação do modelo de gestão da Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”.

Instituição Parceira: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento -MAPA

Data de Início: 26/10/2005 Data de Término: 31/10/2008

Orçamento Total do Projeto: R\$ 5.006.925,00

Sede do Projeto: Brasília-DF

Objetivo: Promover a modernização Institucional do MAPA no que tange à Gestão da Tecnologia e da Segurança da Informação.

Projeto “Organização e Fortalecimento Institucional dos Atores Sociais Locais na Gestão Participativa do Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais”.

Instituição Parceira: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Data de Início: 11/12/2003 Data de Término: 11/12/2007

Orçamento Total do Projeto: R\$ 45.326.400,00

Sede do Projeto: Brasília - DF

Objetivo: O Projeto destina-se a apoiar as ações de organização e fortalecimento das iniciativas da Sociedade Civil e poderes locais para a implementação de iniciativas que aprimorem a execução de políticas combinadas com projetos locais de desenvolvimento.

ANEXO 5 – AÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

AÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PRESTADAS PELO IICA AO MAPA	VALOR (R\$)	RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	DESCRIÇÃO
a) Elaboração do Plano Diretor de Gestão dos Laboratórios do MAPA;	6.000	Aureliano Matos e Tomás Krotsch	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	<p>Construir uma visão atualizada sobre a situação conjuntural dos Lanagros.</p> <p>Colher subsídios para a elaboração do Plano Diretor da CGAL/SDA.</p> <p>Sensibilizar os participantes da oficina para atuarem como protagonistas da elaboração do Plano Diretor da CGAL/SDA.</p>
b) 2 Encontros de Profissionais de Comunicação do MAPA;	3.000	Mário Salimón	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	<p>Com o objetivo de integrar iniciativas de informação, comunicação e gestão de conhecimento, conduzidas de forma dispersiva por diversos agentes no MAPA, desenhamos e coordenamos a realização de duas oficinas voltadas para definição de conceitos e agendas comuns. Como produto mais notável, obteve-se um glossário convencionado de termos relativos ao conceito central de “comunicação integrada”.</p>
c) Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária do MAPA.	6.000	Aureliano Matos e Tomás Krotsch	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	<p>Harmonizar conceitos e idéias sobre educação sanitária.</p> <p>Colher subsídios para a elaboração de um Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária a ser proposto, posteriormente pela Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA do MAPA.</p> <p>Sensibilizar representantes de outros órgãos do Governo Federal e outras instituições para a importância da educação sanitária, viabilizando</p>

d) Diagnóstico sobre a situação atual das Câmaras Setoriais e Temáticas e Desenhar um Plano de Trabalho conjunto.	5.000	Marco Ortega	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Elaboração de Estudos sistemáticos sobre o Estado da Arte das Câmaras Setoriais e Temáticas do Consagro (3), incluindo uma classificação de tipologias das Cadeias Produtivas mais importantes. Elaboração de um Outlook sobre as Câmaras Setoriais e um Vídeo Documental sobre o processo de avanço das Câmaras Setoriais como fórum de discussão e negociação de acordos do agronegócio no Brasil.
e) Oficina de Planejamento Estratégico da Coordenação Geral de Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA.	4.000	Marco Ortega	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Levantamento do Diagnóstico da Coordenação de apoio às Câmaras Setoriais, elaboração do seu Plano Estratégico e de um Plano de Ação Conjunto (IICA/MAPA). Estudo e desenho do esquema de organização de 3 Cadeias Produtivas Brasileiras e construção de uma metodologia para estudos sistemáticos das cadeias produtivas.
f) Apoio ao Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento – MAPA na realização da II Conferência Internacional sobre Rastreabilidade de Produtos Agropecuários.	15.000	Tomás Krotsch	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Fortalecimento de mecanismos de intercâmbio em experiências internacionais, no estado da arte, sobre sistemas de certificação e rastreabilidade de produtos agropecuários, para melhoria da inserção do agronegócio brasileiro, com qualidade e competitividade, no comércio internacional. O IICA foi participante desde o início do projeto da elaboração da Conferência, sediando várias reuniões e participando ativamente do comitê técnico da mesma. Viabilizou com passagem aérea e diárias a participação do Dr. Seixas Paixão, da DG SANCO.
g) Oficinas para elaboração dos Projetos de cooperação Técnica “Gestão Institucional”.	60.000	Aureliano Matos Braulio Heinze Christian Fischer Mário Salimón	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Visando dar sustentação metodológica ao marco referencial do projeto, a RIB propôs ao MAPA e realizou cinco oficinas de planejamento participativo, sendo uma para cada Objetivo Imediato constante do PCT e outra de fechamento e integração dos quatro grupos formados. Durante os referidos encontros, realizaram-se sessões de levantamento

				de situação-problema, definição de necessidades estratégicas e objetivos de impacto, os quais embasaram a produção do instrumento de cooperação técnica em questão.
h) Elaboração do Projeto de Cooperação Técnica “Tecnologia da Informação”.	8.000	Christian Fischer	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Elaborar o Projeto “Gestão e modernização da Tecnologia da Informação e implementação do modelo de gestão da Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento” e negociar sua aprovação junto à Agência Brasileira de Cooperação – ABC.
h) Serviços de bibliotecária, disponibilizado ao Ministério da Agricultura	15.000	Christian Fischer	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Resgatar memória técnica, organizar o acervo da Biblioteca do MAPA, viabilizar o acesso ao acervo bibliográfico de forma organizada e disponível em base de dados e via Internet, garantir a coleta, catalogação, classificação, indexação e recuperar a informação gerada no setor agropecuário brasileiro.
i) Realização do Seminário-Oficina Desempenho, Visão e Estratégia para os Serviços Veterinários Oficiais para capacitação de Funcionários técnicos do MAPA e de instituições nacionais e estaduais dos serviços de Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos.	10.000	Tomás Krotsch	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Capacitação para uso da Metodologia proposta. Com o objetivo de fortalecer os serviços veterinários oficiais. Participação de 25 pessoas: chefes dos serviços veterinários dos estados livres de febre aftosa; diretivos da secretaria de defesa agropecuária/mapa e pessoal profissional do IICA no Brasil.
j) Apoio ao MAPA para a realização do Primeiro Encontro Hemisférico de Biocombustíveis.	16.000	Mário Salimón	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Em conjunto com contrapartes do MAPA, organizou-se o evento que constou de uma série de apresentações técnicas sobre experiências bem sucedidas, tendências e estratégias no campo dos biocombustíveis. Os participantes, vindos de diversos países das Américas, puderam também participar de uma visita de campo que incluiu uma das maiores fabricantes de hardware para produção de biocombustíveis.

k) Elaboração do Termo de referência para desenvolvimento do Sistema de Operacionalização do Programa de Subvenção do seguro Agrícola no Brasil.	8.000	Christian Fischer	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Definir as bases para o novo modelo de concessão da subvenção do seguro agrícola no Brasil.
l) Viabilização da vinda de especialista canadense para capacitação de técnicos do MAPA em técnicas laboratoriais para detecção de resíduos em carnes.	10.000	Tomás Krotsch	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	<p>O Dr. Joe Boison, pesquisador sênior do Centro de Resíduos de Drogas Veterinárias do laboratório de Saskatoon da Agência Canadense de Inspeção de Alimentos (CFIA) e uma das pessoas de maior conhecimento a nível mundial na temática da detecção de resíduos em carnes e produtos de origem animal.</p> <p>O Dr. Boison ministrou um curso de capacitação durante o transcurso de cinco dias para 35 técnicos da área de detecção de resíduos da rede oficial de laboratórios do Ministério da Agricultura (Lanagros) e laboratórios privados credenciados.</p>
m) Capacitação de especialistas Brasileiros em técnicas de diagnóstico de Doenças Animais de impacto econômico.	15.000	Tomás Krotsch	Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Training and transference of real-time pcr for the rapid diagnosis of foot-and-mouth disease, avian influenza and classical swine fever. (Laboratório da CFIA / Winnipeg, Canadá).
n) Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Local e Regional.	15.000	Aureliano Matos Cristina Costa Heithel Silva	Ministério da Integração Nacional	<p>Os produtos esperados ao final da Ação de Cooperação técnica são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aproximadamente 40 agentes públicos federais, estaduais e municipais capacitados em "Gestão Estratégica de Desenvolvimento Regional e Local". - Informe técnico final contendo os resultados da capacitação, incluindo todo o material didático utilizado, a descrição de todo o processo pedagógico e metodológico, bem como recomendações para ações similares futuras. - Produtos do exercício de campo referente aos subsídios para elaboração do diagnóstico e

				planejamento estratégico do município de Formosa - GO, abrangendo diretrizes para quatro áreas temáticas: desenvolvimento econômico e fomento produtivo; desenvolvimento social e capital humano; ordenamento territorial e infra-estrutura; e desenvolvimento institucional.
o) Curso de Capacitação em Desenvolvimento Regional.	46.000	Aureliano Matos Cristina Costa Heithel Silva	Ministério da Integração Nacional	O desafio do processo de capacitação proposto nesta Ação de Cooperação Técnica é conseguir ampliar o entendimento sobre o alcance e propósitos da PNDR por parte dos agentes responsáveis pela execução de programas e projetos de base territorial, propiciando-se, ademais, uma maior integração a essa Política dos níveis nacional (Ministérios com atuação territorial e órgãos vinculados) e sub-nacionais, na perspectiva da construção de uma rede de instituições públicas e da Sociedade Civil identificadas e comprometidas com suas propostas e seus objetivos.
p) Dois Cursos em Geoprocessamento – ArcGIS 9.0	2.600	Aureliano Matos Cristina Costa Heithel Silva	Ministério da Integração Nacional	Para exercer a sua competência institucional, o Ministério da Integração Nacional entende que a capacitação de servidores governamentais e de atores sociais tem importância fundamental como estratégia para divulgar, fortalecer e socializar a PNDR. Serve ainda como instrumento de articulação dos esforços públicos e privados, que buscam a redução das desigualdades regionais e a potencialização do desenvolvimento das diferentes regiões do País. Assim, o MI, no âmbito da implantação do planejamento do desenvolvimento regional, previu no Plano de Ação de 2006 a realização de um evento de capacitação que propicie o aprendizado de técnicas de geoprocessamento para fins de análise da dinâmica sócio-produtiva das regiões brasileiras, tema desenvolvido nesta Ação de Cooperação Técnica.
	236.600			

Destaque 01

As oficinas de geração de renda em Gilbués, no Sul do Piauí

Eutino de Souza, ou Seu Eutino, como é conhecido, circula pelas ruas de Gilbués com a altivez de um governante, embora o fala com suas roupas simples e montado em um velho jipe vermelho. Convoca os concidadãos com a segurança de quem será atendido, mas com uma fala tranqüila e eloqüente, digna de quem tem certeza da relevância da causa defendida.

“Espero vocês amanhã cedo lá em Vaqueta”, diz ele a um grupo que se encontra para um refresco na rodoviária. “Você não pode faltar na oficina”, diz a um líder comunitário. E, assim, segue tarde afora no afã de garantir sucesso da primeira de uma série de oficinas promovidas pelos IICA com o objetivo de melhorar a renda da população com base em recursos locais.

Gilbués é uma cidade que quebra paradigmas. Em parte é um deserto onde chove e que cresce, dentre outros motivos, por causa da própria chuva. Por outro lado, tem terras férteis e até certa prosperidade financeira. É uma terra quente e que desafia a mão do produtor, mas cheia de gente que tem vontade de trabalhar e fazer dali um lugar melhor para se viver. Os ativos estão ali presentes e o IICA cuida de fazer sua parte para que essa visão se torne realidade.

O processo de desertificação em Gilbués, localizado a 797 km de Teresina, iniciou-se na década de 40 e desde então vem evoluindo gradativamente. O município é considerado pelo PAN-Brasil como um dos núcleos de desertificação no Nordeste, sendo que a degradação do solo já atinge, além de Gilbués, mais 14 municípios da região (São Gonçalo do Gurguéia, Corrente, Monte Alegre do Piauí, Barreiras do Piauí, Curimatá, Redenção do Gurguéia, Bom Jesus, Riacho Frio, Parnaguá, Morro Cabeça no Tempo, Avelino Lopes, Júlio Borges, Sebastião Barros e Cristalândia do Piauí), formando a maior área de desertificação do Brasil. Os quinze municípios juntos somam 34.977,3 km² e uma população de aproximadamente 68 mil habitantes. Segundo estudos, as atividades que mais contribuíram para o problema na região foram a extensão da pecuária, a agricultura, sem os cuidados com a preservação do solo, e a exploração do diamante.

Projeto Brotar Gilbués

O Projeto tem o intuito de desenvolver 10 oficinas tecnológicas de convivência com a seca, recuperação ambiental e empreendedorismo no Núcleo de Desertificação de Gilbués - PI. A abertura do projeto se deu com a realização da 1ª oficina de Curtume à Seco, desenvolvida na comunidade rural de Vaqueta com a participação da associação de produtores locais, em agosto de 2006.

Na ocasião, os convocados por Seu Eutino aprenderam a aproveitar matéria prima local para agregar valor a produtos têxteis, que podem vender futuramente em

feiras e mesmo lojas do município e da região. Estão ainda previstos encontros para tratar da criação de pequenos animais, hortas e melicultura.

Na visão de Luiz Sirqueira, o projeto não só promove a melhora da qualidade de vida como também valoriza o conhecimento tradicional. Para ele, o IICA “está tirando o melhor do que a comunidade tem e não sabe usar.”

“Com o trabalho do IICA, vejo um futuro melhor para meu filho, meus sobrinhos”, diz ele. Se eles não encontram emprego lá fora, sabem que podem trabalhar em nossa comunidade e viver bem nela. Assim, podemos levar uma vida mais tranqüila, mais saudável”.

Destaque 02

A gestão da informação, comunicação e do conhecimento na Representação do IICA no Brasil

Desde janeiro de 2005, a Representação do IICA no Brasil (RIB) vem investindo em processos de comunicação e gestão do conhecimento. Com base em uma análise de situação, levantou necessidades estratégicas e propôs a adoção de medidas consolidadas em uma política e conceituadas em um modelo de gestão de conhecimento (GC).

Dentre as necessidades levantadas, figuravam como muito relevantes à captura do conhecimento tácito e maior produção e circulação de informação produzida no âmbito da Cooperação Técnica gerada pelo IICA.

Assim, criaram-se algumas rotinas, facilitadas por marcos referenciais tais como o próprio modelo de GC e o guia para produção de conteúdos jornalísticos, visando-se à ampliação do número de pessoas capazes de colaborar com o processo de comunicação dos ativos de informação e conhecimento disponíveis e pouco aproveitados. O trabalho de discussão e validação dos referidos marcos foi feito por um grupo ad-hoc, voluntário, multisetorial e interdisciplinar chamado de GTCOM.

Importante notar que, paralelamente, investiu-se na disseminação e mesmo na criação de novos conceitos e definições pertinentes aos processos de negócio da RIB, o que se fez com o objetivo de facilitar a comunicação entre os colaboradores.

Em 2006, a RIB produziu avanços notáveis no sentido de realizar a visão decorrente dos marcos referenciais de informação, comunicação e gestão do conhecimento. Adquiriu equipamento para produções audiovisuais e iniciou um processo de captura de conhecimento tácito centrado na produção de pequenos documentários em vídeo de eventos e projetos.

Nos primeiros três meses de uso, realizaram-se mais de dez coberturas de eventos, havendo já sete produções finalizadas, com destaque para o documentário **Gilbués**.

No mesmo ano, a RIB estruturou editorial e graficamente o ***Informe Agronegócio***, o ***Agribusiness Alerts*** e o ***Informe Mensal***, aumentando a oferta de produtos empacotados de informação.

Representação do ICA no Brasil

www.iica.org.br

Ampliou ainda sua produção jornalística em 129% em relação ao ano anterior, sendo que a fatia apurada e redigida internamente chegou a 50% do material noticioso publicado. Este cresceu 150% no mesmo período.